



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
Pró-Reitoria Acadêmica
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Nível Mestrado

Sara Maria Ferreira de Oliveira

ENUNCIÇÃO E GRAMÁTICA: um estudo do tempo na concordância verbal

Recife, 2018

Sara Maria Ferreira de Oliveira

ENUNCIÇÃO E GRAMÁTICA: um estudo do tempo na concordância verbal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem Nível Mestrado, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabela Barbosa do Rêgo Barros

Recife, 2018

O48e

Oliveira, Sara Maria Ferreira de

Enunciação e gramática : um estudo do tempo na concordância verbal / Sara Maria Ferreira de Oliveira, 2018.

69 f.

Orientador: Isabela Barbosa do Rêgo Barros

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Mestrado em Ciências da Linguagem, 2018.

1. Gramática comparada e geral - Tempo verbal. 2. Linguística.
3. Enunciação, Teoria da. Título.

CDU 801

Ficha catalográfica elaborada por Pollyanna Alves CRB/4-1002

Sara Maria Ferreira de Oliveira

ENUNCIÇÃO E GRAMÁTICA: um estudo do tempo na concordância verbal

Recife, _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros (Orientadora)

Profa. Dra. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo – UNICAP

Prof. Dr. José Temístocles Ferreira Júnior – UFRPE

Recife, 2018

RESUMO

Nesta pesquisa dissertamos sobre o tempo no emprego da concordância verbal, a partir das discussões tratadas na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Considerando que a subjetividade é marcada pela passagem de locutor a sujeito e que a subjetividade na linguagem, por sua vez, é marcada por interpretações e expressões pessoais, investigamos o tempo na concordância verbal em produções escritas de estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA, com base na Teoria de Benveniste, a partir das marcas do tempo e da subjetividade na linguagem, na relação com o outro e com a língua no discurso. A definição do tema de pesquisa se deu a partir do questionamento de como a subjetividade na linguagem está implicada no emprego do tempo verbal em produções escritas na língua portuguesa e da hipótese de que a subjetividade na linguagem está marcada na forma como os verbos e a concordância verbal são utilizados pelos estudantes que compuseram o grupo base desta pesquisa. A metodologia utilizada, para o desenvolvimento deste trabalho, foi a pesquisa de campo qualitativa do tipo estudo de caso, usando como instrumento a análise das produções escritas do gênero textual carta pessoal de 25 sujeitos, regularmente matriculados na Modalidade de Ensino Educação de Jovens e Adultos, do nível IV. Destas 25 produções, selecionamos as de 04 estudantes, que formaram o grupo alvo para nossos estudos. Para tanto, aplicamos uma atividade piloto, com produção de duas cartas pessoais, uma destinada ao professor e outra a um colega de classe. Dentre as quais, selecionamos as 04 que apresentaram uma possível relação do tempo com a concordância verbal. Os estudantes que escreveram as cartas selecionadas produziram textos dissertativos, com tema livre, para compor o corpus da nossa pesquisa. Os dados foram coletados em uma escola da rede pública do município de Olinda, do Estado de Pernambuco. Ressaltamos o processo de produção do discurso dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos e observamos que, em sua vivência interlocutória com outras pessoas e com o mundo em diferentes ambientes, apresentam equívocos, sob o ponto de vista da gramática normativa, na utilização do tempo na concordância verbal, o que não configura uma inaptidão para o domínio das regras da gramática normativa, mas aponta para uma observância de marcas subjetivas na linguagem, quando esses estudantes utilizam a língua escrita de modo peculiar se reconhecendo como sujeitos de seu enunciado.

Palavras chave: Enunciação. Gramática. Tempo. Concordância verbal.

ABSTRACT

In this research, we discuss the time in the use of verbal agreement, based on the discussions dealt with in Émile Benveniste's Theory of Enunciation. Considering that subjectivity is marked by the passage from speaker to subject and that subjectivity in language, in turn, is marked by personal interpretations and expressions, we investigate the time in verbal agreement in written productions of students of Youth and Adult Education - EJA, based on the Benveniste Theory, from the time and subjectivity marks in language, in relation to the other and to language in discourse. The definition of the research topic was based on the questioning of how subjectivity in language is implied in the use of verbal tense in written productions in the Portuguese language and of the hypothesis that subjectivity in language is marked in the way verbs and agreement verbal are used by the students who composed the base group of this research. The methodology used for the development of this work was the qualitative field research of the case study type, using as an instrument the analysis of the written productions of the textual genre personal letter of 25 subjects, regularly enrolled in the Teaching Modality of Young and Adult Education , level IV. Of these 25 productions, we selected those from 04 students, who formed the target group for our studies. To do so, we applied a pilot activity, with the production of two personal letters, one for the teacher and another for a classmate. Among them, we selected the 04 that presented a possible relationship of time with verbal agreement, to compose the corpus of our research. Data were collected at a public school in the city of Olinda, State of Pernambuco. We emphasize the discourse production process of the students of Youth and Adult Education and we observe that in their interlocutory experience with other people and with the world in different environments they present ambiguities from the point of view of normative grammar in the use of time in verbal agreement, which does not constitute a disqualification for the rule of normative grammar, but points to an observance of subjective marks in language, when these students use the written language in a peculiar way recognizing themselves as subjects of their utterance.

Keywords: Enunciation; Grammar; Verb; Verbal agreement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.1 A TEORIA ENUNCIATIVA DE BENVENISTE E OS ASPECTOS DISCURSIVOS DA ENUNCIÇÃO	11
1.1 A subjetividade na linguagem	13
1.2 A NORMA PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E SEUS ASPECTOS DISCURSIVOS	16
1.2.1 Enunciação e gramática.....	21
1.2.2 A enunciação escrita.....	24
1.3 VERBO E CONCORDÂNCIA VERBAL.....	35
1.3.1 O verbo na enunciação.....	41
1.3.2 O tempo na enunciação.....	43
2. METODOLOGIA	47
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS.....	64

INTRODUÇÃO

Os desvios gramaticais no emprego da concordância verbal, do ponto de vista da gramática normativa, observados nos diálogos estabelecidos e nas produções escritas de crianças, jovens e adultos que estão em processo de apropriação da escrita, justificam um estudo para a compreensão do tempo na concordância verbal, de como a concordância verbal é utilizada popularmente e qual a relação dessa utilização com a teoria enunciativa de Benveniste (2005 e 2006) e os aspectos discursivos da enunciação, no que se refere à subjetividade na linguagem e o tempo na enunciação.

Partindo do pressuposto da importância do entendimento dos processos envolvidos na comunicação humana e da hipótese de que a subjetividade na linguagem está marcada na forma como os verbos e a concordância verbal são utilizados popularmente, buscamos uma compreensão dos aspectos discursivos enunciativos e sua relação com a norma padrão escrita, para investigar como a subjetividade está implicada no emprego do tempo, na concordância verbal, em produções escritas da Língua Portuguesa, o que justificou este trabalho de pesquisa e levou ao problema de pesquisa que foi constituído pela indagação sobre a relação do tempo na concordância verbal escrita, em produções textuais de estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Assim, o objetivo principal da pesquisa foi investigar a relação do tempo na concordância verbal escrita, em produções textuais de estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA, a partir da teoria enunciativa de Émile Benveniste, que diz que o tempo é uma categoria subordinada à categoria de pessoa e que a subjetividade na linguagem é marcada por interpretações e expressões pessoais. E os objetivos específicos, para o alcance do objetivo principal, foram: analisar a teoria enunciativa de Benveniste em textos escritos, buscando compreender a subjetividade na linguagem; verificar a relação entre a norma padrão da Língua Portuguesa e os aspectos enunciativos de seus falantes, no que se refere ao emprego da concordância verbal; discutir a noção de tempo no verbo a partir do emprego da concordância verbal, destacando os aspectos gramaticais e enunciativos.

De acordo com Benveniste (2005), a subjetividade é a capacidade do homem

“para se” propor como sujeito e a subjetividade na linguagem é marcada por interpretações e expressões pessoais.

Baseado na teoria de Benveniste, Flores (2013) diz que o processo de comunicação da língua atua de forma inter-relacionada, estando presente no discurso de caráter enunciativo e que em Benveniste existe uma rede de termos correlacionados, com conceitos e noções interdependentes uns dos outros. Inserida nestes termos, encontramos a subjetividade na linguagem, que é a capacidade do locutor de se propor como sujeito, estabelecendo a relação locutor/sujeito ou homem/sujeito no enunciado. E, de acordo com Barros e Ferreira Junior (2014), enquanto a enunciação recria indefinidamente o sujeito, o enunciado leva à necessidade de um locutor e, ao mesmo tempo, ao surgimento de um interlocutor. Então, a enunciação fundamenta e possibilita a existência do homem como sujeito.

Esta pesquisa foi organizada em um capítulo e três tópicos com seus respectivos subtópicos, destinados à fundamentação teórica. Tem como aporte teórico Benveniste (2005 e 2006) e Flores (2009 e 2013), fundamentando as discussões sobre a teoria enunciativa e os aspectos discursivos da enunciação, a subjetividade na linguagem e o tempo verbal na enunciação. E, Bechara (2005), Cegalla (2008) e Haug (2014), introduzindo os estudos sobre verbo e concordância verbal.

O primeiro tópico trata da teoria enunciativa de Benveniste e os aspectos discursivos da enunciação, dissertando sobre a enunciação, seus aspectos e sua condição específica e a condição de homem na linguagem e sobre a subjetividade na linguagem e a oposição entre a “pessoa – *eu*” e a pessoa – não *eu*”, baseada no par *eu/tu*, na correlação da subjetividade, perpassando pela subjetividade na linguagem, tendo por fundamento os PLG I e PLG II, de Émile Benveniste. Fundamente-se, ainda, em Romero (2010), sobre a enunciação escrita e o escrever diferente do falar, a relação palavra/som, imagem verbal/imagem acústica e sentido/sonoridade; em Silva (2015), dissertando sobre a fala e a escrita marcando a heterogeneidade na escrita e a aquisição da escrita, produções textuais e operações linguísticas; e em Marcuschi (2007), sobre as variadas formas de manifestações apresentadas pela língua.

O segundo tópico trata da Norma Padrão Língua Portuguesa e seus aspectos discursivos, recorrendo às publicações de Ilari e Basso (2014) e Bechara (2015),

para dissertar sobre as primeiras gramáticas da Língua Portuguesa, trazendo a gramática como instrumento de formação das elites, as gramáticas normativas ou prescritivas, gramática descritiva e gramática explicativa. Recorrendo, também, a Antunes (2014 e 2003) sobre o lugar da gramática na língua e no ensino, defendendo um ensino contextualizado da gramática e o importante papel que esta ocupa nas ações e necessidades comunicativas dos falantes de uma língua; a Marcuschi (2008) definindo o papel da gramática no trabalho com a língua materna; e Flores et al (2013) falando sobre enunciação e gramática, destacando que a gramática não separa sujeito e língua e nem língua e discurso.

No terceiro tópico, fundamentado nas gramáticas de Bechara (2015), Cegalla (2008) e Haug (2014), dissertamos sobre o verbo e a concordância verbal, trazendo o verbo na enunciação e o tempo verbal. E, para complementar esses estudos, consultamos Ilari e Basso (2014) que fazem um estudo etimológico e morfológico sobre a origem e o significado da palavra “verbo”; Monte (2017) que diz ser a concordância verbal um fenômeno variável, o que leva os professores de Língua Portuguesa a corrigirem-na na fala e na escrita de seus alunos; Lima e Barros (2017) que defendem as marcas linguísticas do sujeito, sentido ou expressão linguística marcando a subjetividade na linguagem; e Benveniste (2005), Flores (2013) e Fiorin (2016) para tratar do verbo e do tempo na enunciação e do tempo linguístico.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscamos discutir, nesta pesquisa, o emprego do tempo na concordância verbal, baseando-nos na teoria enunciativa de Émile Benveniste e em outros teóricos, refletindo sobre a teoria enunciativa de Benveniste e os aspectos discursivos da enunciação, perpassando pela subjetividade na linguagem e pela norma padrão da Língua Portuguesa e seus aspectos discursivos, dissertando sobre enunciação e gramática, enunciação escrita e verbo e concordância verbal, destacando o verbo e o tempo na enunciação e a necessidade do locutor se colocar como sujeito, principalmente na enunciação.

1.1 A TEORIA ENUNCIATIVA DE BENVENISTE E OS ASPECTOS DISCURSIVOS DA ENUNCIÇÃO

Abordamos neste ponto as condições específicas da enunciação, os aspectos que incluem a realização vocal da língua e o mecanismo de produção da enunciação e a definição da enunciação no quadro formal de sua realização. E no que se refere à subjetividade na linguagem, apresentamos sua definição que, segundo Benveniste (2005) é a capacidade do locutor para se propor como sujeito ou, como visto em Flores (2009), a passagem de locutor a sujeito, e sua relação com as formas linguísticas *eu* e *tu* que indicam a pessoa.

Benveniste (2006:82) diz que: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. E chama a atenção para a condição específica da enunciação ao dizer que enunciação:

“É o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação”, (BENVENISTE, 2006, p. 82).

Para um maior entendimento desse processo, que pode ser estudado sob vários aspectos, Benveniste (2006) destaca os três primeiros que são: A realização vocal da língua que é o mais direto e imediatamente perceptível dos aspectos da enunciação. Os sons emitidos e percebidos em um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, “procedem sempre” de atos individuais, em uma produção nativa no interior da fala. Lembrando que os mesmos sons nunca serão reproduzidos exatamente, pelo mesmo sujeito e que a noção de identidade é aproximativa, mesmo se a experiência for repetida detalhadamente. O que ocorre por causa da diversidade das situações, nas quais a enunciação é reproduzida.

O segundo aspecto, é o mecanismo da produção da enunciação. Considerando que como dito por Benveniste (2006, p. 83): “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso”, os sujeitos, da nossa pesquisa usam a concordância verbal de modo individual, ou seja, converte a língua por meio do uso do verbo em discurso, mesmo de modo equivocado. Isso é enunciação. Benveniste chama a atenção para a complexidade da conversão do “sentido” em “palavras”, e diz que a semantização da língua está no centro deste aspecto da enunciação e leva

“à teoria do signo e à análise da significância”. Este aspecto foi o principal norteador das discussões sobre o tema deste projeto de pesquisa, por tratar da conversão da língua em discurso e da semantização da língua. Momento no qual pode ocorrer a incidência da não concordância verbal, motivada pela subjetividade na linguagem, quando o sujeito se coloca como o *eu* na enunciação, deixando suas marcas pessoais no discurso.

E o terceiro aspecto, segundo Benveniste (2006), é a definição da enunciação no quadro formal de sua realização, considerando o próprio ato, as situações em que este ato se realiza e os instrumentos de sua realização. A própria escrita, as situações em que a escrita se realiza (as situações de uso da língua escrita) e os instrumentos, palavras e normas para a sua realização. O autor propõe um esboço dos caracteres formais da enunciação, necessários e permanentes, ou acidentais e relacionados às características do idioma selecionado.

Estes três aspectos estão relacionados ao tema de nossa pesquisa, embora o segundo aspecto tenha sido o principal norteador das discussões sobre o tema deste projeto de pesquisa, por tratar da conversão da língua em discurso e da semantização da língua, momento no qual acreditamos poder ocorrer a não concordância verbal, o que possibilitou um estudo do tempo na concordância verbal.

O primeiro aspecto, por tratar da realização vocal da língua, na qual os sons emitidos e percebidos em um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, “procedem sempre” de atos individuais no interior da fala. Trazendo para o estudo do tempo na concordância verbal, na enunciação escrita, podemos dizer que a escrita dos estudantes que participaram desta pesquisa, foi também um ato individual no seu interior.

E a definição da enunciação no quadro formal de sua realização, considerando o próprio ato, as situações em que este ato se realiza e os instrumentos de sua realização, o terceiro aspecto, por referir aos instrumentos da realização da enunciação. No caso das produções, corpus desta pesquisa, a escrita, as palavras e as expressões pessoais e gramaticais utilizadas na sua escrita.

Benveniste (2006:82) define a enunciação como: “colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. A enunciação entendida como o uso da língua implica a existência de sujeitos que a utilizam, o par *eu – tu*, que é a noção de pessoa, numa situação espacial e temporal. Diante do que, a enunciação é

descrita como o “ato de tomada da palavra”, é o processo de inserção dos sujeitos na língua, que envolve a apropriação e atualização.

“Todas as línguas têm em comum, categorias de expressões que parecem corresponder a um modelo constante” Benveniste (2006:68). Estas categorias têm formas que são registradas nas descrições e suas funções aparecem claramente no exercício da língua e no discurso. São categorias elementares, independentes das determinações culturais, nas quais é visível a subjetividade dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem.

São fundamentais ao discurso as categorias da pessoa, do tempo e do espaço. No caso da categoria da pessoa, o homem se posiciona individualmente enquanto *eu* em oposição a *tu* e *ele*. Em toda língua e sempre, aquele que fala se apropria desse *eu* que é um componente lexical, como qualquer outro, mas no discurso introduz a presença da pessoa indispensável à efetivação da linguagem. Quando o pronome *eu* aparece em um enunciado, evocando, claramente ou não, o pronome *tu*, se opondo, juntos, a *ele*, ocorre uma nova experiência humana, que mostra o instrumento linguístico que estrutura essa nova experiência. O *eu* muda alternadamente de estado na comunicação, ou seja, aquele que o entende o relaciona ao *outro* do qual ele é signo, mas ao falar *ele* assume *eu* por sua conta própria.

1.1 A subjetividade na linguagem

Benveniste (2005:286) diz que subjetividade é “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” e define-se como unidade psíquica que está além da totalidade das experiências vividas que reúne e assegura a permanência da consciência. É quando emerge no ser “uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz ego”. O que fundamenta a subjetividade determinada pelo status linguístico da “pessoa”.

Em síntese, como visto em Flores (2009), Benveniste define subjetividade como passagem de locutor a sujeito. Para ele a linguagem é a condição de existência do homem referida ao outro, o que a vincula à intersubjetividade. A linguagem constitui o homem diante da condição da intersubjetividade que se reflete na língua.

Benveniste (2005) diz, ainda, que a condição do homem na linguagem é única. O *eu* e o *outro* do indivíduo é social e representam uma dualidade que não pode ser reduzida a um único termo. O fundamento linguístico da subjetividade é visto em uma realidade dialética que engloba os dois termos e os define pela relação mútua. A linguagem corresponde ao fundamento linguístico da subjetividade na sua totalidade e é profundamente marcada por ela.

Ao investigarmos o tempo na concordância verbal, em produções escritas de estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA, com base na Teoria de Benveniste, a partir das marcas do tempo e da subjetividade na linguagem, na relação com o outro e com a língua no discurso, observamos na produção 02 que teve como tema A gravidez na adolescência, as marcas da subjetividade na linguagem, no emprego da concordância verbal, representadas pela dêixis pessoa (pronome pessoal **eu**).

Os termos *eu* e *tu*, referenciados por Benveniste (2005), são formas linguísticas que indicam a pessoa. O autor, também, salienta o fato de que os pronomes pessoais estão presentes em todas as línguas, em todas as épocas e em todas as regiões e diz que é inconcebível uma língua sem a expressão da pessoa. E que: “não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo na qual as distinções de pessoas não se marquem de uma ou de outra maneira nas formas verbais” (BENVENISTE, 2015:250).

Segundo Flores (2009), Benveniste correlaciona intersubjetividade, linguagem e homem, assim como subjetividade, língua e pessoa. Sob essa perspectiva, a subjetividade está marcada no sistema da língua. Essa noção de subjetividade permite a elaboração das análises linguísticas da categoria de pessoa, como tempos verbais, os pronomes e etc., na teoria de Benveniste. O que propicia a elaboração de uma análise dos verbos e concordância verbal, apoiada na proposta deste projeto de pesquisa, que é uma abordagem do tempo no emprego da concordância verbal.

Outra possibilidade de entendimento da noção de subjetividade na teoria de Benveniste, ligada ao exercício da linguagem, é a perspectiva de que a subjetividade está fortemente relacionada à noção de enunciação e não mais às marcas linguísticas da passagem de locutor a sujeito. Assim, subjetividade pode ser entendida como ligada ao ato de discurso, que é constituído pela temporalidade da instância de discurso pela linguagem (FLORES, 2009).

A linguagem define o homem: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego” (BENVENISTE, 2005:286).

O homem se constitui como sujeito ao se enunciar “eu”. O *eu* se refere a algo singular, e exclusivamente linguístico, ao ato do discurso individual no qual é pronunciado, designa o locutor e só é identificado em uma instância de discurso atual. O locutor se enuncia como sujeito nessa instância. O que leva ao entendimento de que o exercício da língua fundamenta a subjetividade na linguagem, que é marcada por interpretação e expressões pessoais (BENVENISTE, 2005).

De acordo com Benveniste (2005) a subjetividade na linguagem tem como primeiro ponto de apoio os pronomes pessoais, dos quais dependem outras classes pronominais com a mesma posição. Os indicadores da dêixis, pronomes demonstrativos, advérbios e adjetivos que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito, tomando como ponto de referência: “isto, aqui, agora e as suas numerosas correlações: isso, ontem, no ano passado, amanhã, etc.” Benveniste (2005:288). Os pronomes e os indicadores da dêixis se definem somente na instância do discurso que os produz, dependem do *eu* que se enuncia no discurso.

O domínio da subjetividade se amplia com a expressão da temporalidade e em toda língua encontra-se a noção de tempo. Noção esta, que pode ser marcada por um verbo, ou por outras palavras de outras classes gramaticais como partículas, advérbios, variações lexicais e etc..

A instalação da subjetividade na linguagem cria na linguagem e fora da linguagem a categoria da pessoa. Tem, além disso, efeitos muito variados sobre a própria estrutura das línguas quer seja na organização das formas, ou nas relações da significação.

1.2 A NORMA PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E SEUS ASPECTOS DISCURSIVOS

A gramática Normativa tem o seu lugar na língua e no trabalho com a língua materna, diante do papel que ocupa nas ações e necessidades comunicativas dos falantes de uma língua. Defendemos um ensino contextualizado da gramática e abordamos a relação enunciação e gramática e enunciação e escrita. Considerando que, segundo Flores (2013), a enunciação herdou da gramática os fenômenos enunciativos, como a dêixis (os indicadores de pessoa, de tempo e de espaço), as modalidades e a problemática do sujeito. E que, como visto em Silva (2015), a escrita do aprendiz é marcada pela subjetividade e por sua singularidade. O sujeito falante se reconhece em relação ao outro, marcando na escrita o sujeito que enuncia, o interlocutor, a temática, a finalidade, o tempo e o espaço da enunciação.

Flores (2013) cita a existência de quatro conceitos de gramática: gramática como exposição metódica dos fatos; gramática como prescrição de um dado desempenho linguístico; gramática como sistema linguístico; e gramática como método de investigação linguística.

De acordo com Ilari e Basso (2014), as primeiras gramáticas em Língua Portuguesa, foram escritas em 1536 e 1540. Em 1536, Fernão de Oliveira, escreveu a Gramática da linguagem portuguesa e, em 1540, João de Barros escreveu a Gramática da língua portuguesa.

Com o objetivo de formar os fidalgos, para a vida social e preparar para o estudo do latim, outras gramáticas foram escritas nos séculos posteriores e a obra “O verdadeiro método de estudar”, escrita em 1746, por Luís Antônio de Verney, visa à formação da elite, em uma linguagem pura e imaculada. (ILARI e BASSO, 2014).

A representação da gramática como instrumento de formação das elites, em uma linguagem pura, “correta”, separando as pessoas bem criadas das “baixas”, é adotada por muitos gramáticos. O que torna a língua uniforme e freia sua mudança, quando classifica determinadas construções de corretas e exclui outras as considerando viciosas. Ilari e Basso (2014) denominam essa concepção como gramática normativa ou prescritiva, que tem por objetivo estabelecer como a língua deve ser. Determina regras para orientar o comportamento linguístico de seus leitores, os falantes de uma língua. As regras, nesse caso, com o sentido de

regulamento, instrução sobre como agir e norma de conduta linguística. Os autores salientam a diferença entre uma gramática normativa e a denominada pelos linguistas de gramática descritiva, esclarecendo que a gramática descritiva procura descrever uma língua tal como o analista observou.

Outro tipo de gramática são as gramáticas explicativas, nas quais os fatos observados são entendidos como resultado de um princípio geral, relacionado às capacidades humanas e a sua percepção. Porém, a atitude normativa que é a esperada pela sociedade, dos profissionais da linguagem, exceto dos escritores, é a que tem prevalecido historicamente, entre os gramáticos, (ILARI e BASSO, 2014).

De acordo com Bechara (2015) a gramática descritiva registra e descreve um sistema linguístico em seus aspectos fonético-fonológico, morfossintático e léxico. É uma disciplina científica a qual cabe descrever e não definir, sem se preocupar em estabelecer o que é certo e o que é errado. E a gramática normativa tem finalidade pedagógica e não científica, a qual cabe enumerar o que é recomendado como modelo e exemplo em um idioma, para ser utilizado em ocasiões especiais do convívio social. Ou seja: “A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionários esclarecidos” (BECHARA, 2015:54).

Em nota do editor, vemos que Antunes (2014) reconhece o lugar da gramática no ensino e diz que ela, a gramática, é necessária, mas não suficiente, em função do papel social da escola. A autora defende o ensino de uma gramática contextualizada, em lugar da gramática decoreba de “nomenclatura”, como meio para o ensino da língua.

Antunes (2014:47) diz que: “Gramática contextualizada é gramática a serviço dos sentidos e das interações que se queira manifestar num evento verbal, com vistas a uma interação qualquer”. A autora defende que a gramática, enquanto elemento constitutivo da língua é sempre contextualizada, pois tudo o que é verbalizado ou escrito se dá em situações concretas de interação e pode ter sentido e função comunicativa, em um contexto ou em uma situação social. Além do que, a linguagem engloba o que é fonológico, lexical, morfológico, sintático, semântico e pragmático, que se misturam sem limites, integrando-se inseparavelmente.

De acordo com Bagno (2000), todo professor é professor de Língua Portuguesa, uma vez que utiliza a língua para transmitir os conteúdos que tem que

ensinar. O que faz com que seja necessária a transformação do modo de encarar a variedade não padrão, em todos os campos da educação. O que é uma tarefa de todos e não apenas dos professores de Língua Portuguesa. O autor alerta para a necessidade de revisar as formas tradicionais de ensinar a Língua Portuguesa. A prática de ensino dos professores, muitas vezes, não corresponde à realidade da língua viva e deixa de lado aspectos mais interessantes, dinâmicos, que dizem respeito a fenômenos muito mais próximos de nós e de nossos alunos.

Flores (2013:179) cita o “abismo entre o desejo de ensinar do professor e a vontade de aprender do aluno” e o desconforto em ensinar uma língua e propõe um olhar enunciativo para as questões linguísticas. Se os fenômenos linguísticos contemplarem as representações do sujeito que enuncia, a língua e uma situação podem ser vistos pela ótica da linguística da enunciação, pois: “o que a Linguística da Enunciação propõe é um olhar diferente sobre a materialidade da língua, vendo-a como produtora de sentido e referência em relação a sujeitos, espaço e tempo” (FLORES, 2013:180).

Ao falar em ensino enunciativo da Língua Portuguesa, Flores (2013:181) propõe uma análise do produto da enunciação, os enunciados, atribuindo referência “à uma determinada situação enunciativa que pressupõe pessoa, tempo e espaço”. O que, de acordo com a gramática da língua-discurso, que “trata” dos aspectos envolvidos no uso da língua em uma situação, quer dizer que a intersubjetividade torna possível o uso da língua. O sujeito é o centro de referência, a partir do qual são instauradas as “coordenadas” espaciais e temporais do discurso.

A discussão sobre gramática remete à pergunta do que vem a ser ler e falar bem, que é respondida por Antunes (2014:27), que diz que, consensualmente, uma pessoa que fala, lê e escreve bem, fala corretamente de acordo com a gramática. Porém, a autora chama a atenção para o fato de que: “a correção gramatical é absolutamente relativa. Contingente, no sentido de que depende de onde estamos, com quem estamos e que propósitos comunicativos estão em jogo”. Significando que uma pessoa que fala, lê e escreve bem se expressa com clareza, com relevância, articulada e coerentemente transmitindo o que precisa ser transmitido a um locutor. O que demanda o conhecimento do léxico e das normas socioculturais que regulam o comportamento verbal das pessoas, além do conhecimento da gramática, (ANTUNES, 2014).

Embora defenda a noção de língua como um conjunto de práticas sociocognitivas e discursivas Marcuschi (2008) diz não ignorar o sistema e que não se pode trabalhar a língua sem atentar para o sistema, o que faz com que a gramática tenha o seu papel no trabalho com a língua materna.

De acordo com Bechara (2015):

“A *norma* contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz “assim e não de outra maneira”. É o plano de estruturação do saber idiomático que está próximo das realizações concretas. O sistema e a norma de uma língua funcional refletem a sua estrutura” (BECHARA, 2015:44).

O português é uma língua histórica constituída por “várias” línguas próximas entre si, mais ou menos diferenciadas, sem perder sua configuração na comunicação de seus falantes nativos. Por motivo de ordem política e cultural os falantes dessas diversidades, procuram um veículo comum de comunicação, para manifestar a unidade e os fundamentos das comunidades. O que leva ao surgimento de um dialeto para expressar e comunicar as variedades regionais, denominado língua comum. Por uma questão de ordem cultural e para conter o movimento de modificação das línguas, a língua comum desenvolve-se dentro de uma língua comum normativa, disciplinada com a eleição de usos fonético-fonológicos, gramaticais e léxicos como padrões exemplares para toda a comunidade e toda a nação, para serem utilizadas em determinadas situações sociais e culturais. A língua exemplar é relativamente uniforme em relação à língua comum, por ser normatizada intencionalmente, (BECHARA, 2015).

É importante observar-se que o exemplar e o correto são conceitos diferentes. Bechara (2015) define o exemplar como uma forma eleita entre as muitas formas de falar da língua histórica, ressaltando que o eleito não é correto e nem incorreto. E, segundo o autor, o correto é um juízo de valor através do qual se pretende saber se a estrutura de uma língua funcional está de acordo com um modo de falar, ou seja, com a língua funcional, com a tradição idiomática de uma comunidade. O modo exemplar pertence à língua histórica e o correto ou incorreto está na estrutura da língua funcional. De acordo com Bechara (2015:54): “Cada língua funcional, tem sua própria correção, à medida que se trata de um modo de falar que existe historicamente”. O que, para ele, mostra a importância da distinção em gramática descritiva e gramática normativa.

Segundo Ilari e Basso (2014) geralmente, os falantes de sociedades mais complexas procuram definir e consagrar modelos de uso, porque nas situações importantes, socialmente, falar ou escrever segundo modelos prestigiados, reforça a participação em certo grupo e acrescenta valor à mensagem transmitida. Contudo, as expressões “norma e modelo” levam a muitos interesses e à busca de uma norma para o Português Brasileiro.

Em Bagno (2000) vimos sobre Português Padrão(PP) e o Português não Padrão(PNP). De acordo com ele, o PP utiliza muitas regras para explicar um único fenômeno, o que o torna redundante. Objetiva manter-se inalterado o máximo de tempo é conservador e custa a aceitar novidades. E o PNP é funcional, porque elimina as regras desnecessárias e supérfluas que se repetem e se sobrepõem. É inovador, pois segue às constantes e ativas mudanças da língua.

O Português Não Padrão é uma língua familiar, natural, apreendida e tem tradição oral, uma vez que o domínio da língua escrita é privilégio dos que frequentam a escola e dos das classes dominantes, que adquirem a variedade padrão. São muito poucas as manifestações escritas em PNP. O PNP evolui, se transforma, mais rapidamente do que o PP, que regula esta evolução, para não ser desfigurado tão rapidamente. Contudo, algumas características do PNP, já são encontradas no PP, o que demonstra que mudanças internas da língua nunca para, por mais que sejam refreadas (BAGNO, 2000).

O português não padrão tem variedades de acordo com as diferentes regiões geográficas, classes sociais, faixas etárias e níveis de escolarização das pessoas que o falam, mas existem traços linguísticos comuns a todas as variedades. O português não padrão é a língua dos pobres e analfabetos (BAGNO, 2000).

Em Marcuschi e Dionísio (2007) vemos que a língua escrita não padrão, está se difundindo, revelando uma mudança de padrão que impede que se identifique língua padrão com língua escrita. Marcuschi observa que a noção de padrão não pode ser confundida com termos avaliativos de “corretude”, beleza, gramaticalidade, etc. e traz uma definição ostensiva de padrão, com a indicação de usos padrão da língua como a língua recomendada pelas gramáticas; a língua mais comumente usada na TV, no rádio e no teatro; a mais usada nos grandes jornais e revistas; e a mais usada pelas pessoas em sua escrita.

Marcuschi (2007) defende que a escrita é mais do que um código e tem carga histórica e cultural própria, assim como o som tem a sua. Mas a relação fala e escrita têm uma relação mais complexa com a língua do que simples representação, pois são fenômenos que devem ser observados no funcionamento da língua, junto com outros.

Respondendo por que é tão difícil escrever corretamente se a fala quase não contém equívocos gramaticais, Marcuschi (2007) diz que talvez seja por causa da má compreensão do funcionamento da língua, sob o ponto de vista enunciativo e não do ponto de vista gramatical. Ele propõe que se busque um entendimento das questões relacionadas à escrita, a partir da fala e diz que a fala apresenta uma sintaxe em construção que surge no ato da produção e a escrita revela uma sintaxe cristalizada que pode ser formatada e estilizada por poetas e romancistas conferindo-lhe efeitos expressivos. Isso constitui uma das grandes diferenças enunciativas.

1.2.1 Enunciação e gramática

Segundo Flores (2013:11) Enunciação envolve o uso (da língua) relativo a tempo, espaço e sujeito e é “um ato de utilização da língua ou a utilização da língua em um ato singular”. O autor se refere não à gramática tradicional, mas a que é comprometida com o estudo do uso da linguagem. A relação enunciação/gramática, retém o processo de marcação da enunciação no enunciado.

Enunciação e gramática contempla dois aspectos do estudo da linguagem: o uso e sua organização em uma dada situação espaço temporal e com relação ao sujeito que enuncia. Os termos – enunciação e gramática – são circunscritos teoricamente e definidos considerando-se objetivos e finalidades de uso, o que é feito, em grande parte, no escopo da teoria enunciativa de Émile Benveniste em problemas de Linguística I e Problemas de Linguística Geral II, (FLORES, 2013:11)

Flores (2013) diz que a enunciação é herdeira da retórica, da gramática e da lógica. Da retórica, herdou os princípios que sustentam a situação de enunciação, pois é composta por elocução, provas e disposição, distinguindo quem fala e a quem fala; e da gramática que estabelece as regras da língua, herdou fenômenos enunciativos como a dêixis, as modalidades e a problemática do sujeito.

A dêixis referencia a reflexão enunciativa e é vista em Benveniste, como indicadores de subjetividade, ocupando na gramática o estudo dos pronomes e da categoria de pessoa no verbo e no pronome. As modalidades, abordadas na gramática em linha lógico-gramatical, se referem à asserção, o endereçamento, o pedido-desejo, à interrogação, à ordem e às ações de pensar, dizer e fazer. Flores (2013) defende que a gramática não faz separação entre o sujeito e a língua e entre língua e discurso e que não podemos pensar enunciação sem gramática.

Se alguém é falante de uma língua tem domínio das regras gramaticais dessa língua. Portanto “não existe falante sem conhecimento de gramática”, (Antunes, 2003:86). O que está relacionado à subjetividade na linguagem e à enunciação, pois o sujeito, ao falar ou escrever, está se enunciando, colocando a língua em funcionamento. E, ao passar de locutor a sujeito marca a subjetividade na linguagem, estabelecendo uma relação com o outro e com a língua no discurso, se propondo como sujeito. E, ao utilizar a língua para se enunciar, este sujeito traz os conhecimentos gramaticais adquiridos, implicitamente, nas suas relações com o outro no seu processo de aquisição da linguagem. Por isso, todo falante de uma língua tem conhecimentos gramaticais, mesmo antes de ter contato com a gramática sistematizada.

Flores et al (2004) dizem que o termo “gramática” tem vários sentidos, assim como existem muitos tipos de gramática e em consequência disso, diversas teorias com diferentes definições para um mesmo termo. O que denota dispersão no estudo do assunto. Flores (2013) cita a existência de quatro conceitos de gramática: gramática como exposição metódica dos fatos; gramática como prescrição de um dado desempenho linguístico; gramática como sistema linguístico; e gramática como método de investigação linguística.

Essa diversidade conceitual pode ser vista como reveladora de aspectos linguísticos relativos ao universal, ao prescritivo e ao descritivo. O aspecto universal é marcado pelo fato da gramática ser influenciada pelo pressuposto da linguística moderna, no século XX, sobre a universalidade das leis que regem o mecanismo de funcionamento da linguagem; o aspecto prescritivo é marcado pela atribuição da formalidade da pedagogia à gramática tradicional. Este é um aspecto que Flores et al (2004) dizem que deve ser visto com mais vagar, por ser alvo das críticas dirigidas à Gramática Tradicional e porque a produção gramatical brasileira, em especial a do

século XX, é influenciada por teorias linguísticas contemporâneas e devido ao registro que faz da forma escrita, deve ser vista como descritivo-normativa; e, por último o aspecto descritivo (não-normativo) que está ligado ao aspecto prescritivo, pois se impõe na tradição gramatical (FLORES et al , 2004).

Descritivo e normativo caminham na mesma direção, como norteadores da gramática no final do século XIX e início do século XX, no Brasil e na Europa. O que confere a gramática a condição de ciência, por causa do seu aspecto descritivo e de arte, por seu caráter normativo no campo pedagógico. Ou seja, a Gramática Tradicional Brasileira, ao lado do caráter normativo que geralmente lhe é atribuído, aponta elemento descritivo da Língua Portuguesa, compreendido no sentido amplo não normativo. A exemplo disso, Flores, cita as gramáticas modernas de Cunha Cintra (1985) e a de Bechara (1999) que demonstram prescrições e descrições da língua convivendo em um espaço comum a ambas. Diante disto, a produção gramatical brasileira do século XX deve ser vista como descritivo-normativa, em decorrência da forma culta escrita que faz (FLORES et al, 2004).

A linguística se ocupa da linguagem humana e das línguas naturais faladas por qualquer comunidade humana, com o objetivo de determinar a natureza da linguagem e a estrutura e o funcionamento das línguas e:

Provoca o rompimento com a atitude de precedência da escrita sobre a fala, decorrente do princípio de que a primeira é anterior a segunda: os sistemas de escrita passam a ser entendidos como manifestamente baseados na fala. Tal atitude não implica exclusão da escrita, que passa a ser vista apenas como uma (entre outras) variedades da língua.

É descritiva, e não prescritiva: há aqui rompimento com atitudes normativas que buscam o falar e o escrever “corretos”. A tarefa do linguista é descrever o modo como os falantes da língua usam-na, e não prescrever usos (FLORES et al, 2004:121).

O componente não normativo se faz presente na Gramática Tradicional brasileira, no que se refere a aspectos descritivos. Mas, os termos dessa presença se diferenciam em cada gramática. E, as gramáticas que apresentam os seus pressupostos teóricos, com mais clareza, efetivam a inclusão de usos em sua obra.

Flores et al (2004), após os seus estudos sobre o normativo e o não-normativo na Gramática Tradicional brasileira, dizem poder afirmar: 1) a existência de não-normatização na Gramática Tradicional brasileira, se fazendo necessária uma revisão das formas de sua abordagem; 2) ser prudente e reservar espaço maior

para reflexão a respeito da produção gramatical, em Língua Portuguesa, nos dias de hoje; 3) deixar o ensino da gramática em segundo plano, sob a alegação de que ela é ultrapassada, não faz mais do tratar superficialmente uma questão ainda sem resposta, e que: “a Gramática Tradicional brasileira merece ser analisada com maior atenção, tendo em vista que seus autores figuram entre aqueles que empreendem exemplar reflexão sobre a Língua Portuguesa” (FLORES et al, 2004:129).

As normas, um sistema de regras contidas na língua que deve ser obedecido, são necessárias na medida em que facilitam a interação entre os interlocutores, fazendo com que as pessoas se entendam. Se os textos fossem produzidos de maneira aleatória, de acordo com a vontade de cada um, não existiria esse entendimento, mas as regras são flexíveis não impedindo a criatividade e a liberdade na ação linguística dos indivíduos e de acordo com Marcuschi e Dionísio:

A língua tem um vocabulário, uma gramática e certas normas que devem ser observadas na produção dos gêneros textuais de acordo com as normas sociais e necessidades cognitivas adequadas à situação concreta e aos interlocutores (MARCUSCHI e DIONÍSIO, 2007:16).

A relação fala-escrita é mais bem observada num contínuo de textos orais e escritos, na atividade de leitura ou de produção, pois as relações entre a oralidade e a escrita acontecem num contínuo ou gradação nos gêneros textuais e não é constituída por características polarizadas. E a diversidade nas regras sintáticas e na escolha de itens lexicais e uso de marcas para a execução de tarefas semelhantes na fala e na escrita é marcada por diferentes recursos, mas pertence ao mesmo sistema linguístico (MARCUSCHI e DIONÍSIO, 2007).

Não há uma gramática diferente para a oralidade e para a escrita. Ou seja, não existe uma preposição, um pronome, um artigo, uma forma verbal, etc., que seja exclusiva da oralidade ou da escrita. É de um contínuo de diferenças e semelhanças entrelaçadas. A fala e a escrita podem ser vistas, de acordo com Marcuschi e Dionísio (2007) como dois mundos diferentes, pois são maneiras distintas de textualizar e produzir discursos.

1.2.2 A enunciação escrita

O escrever bem vai além das regras ortográficas e, embora seja convencionalizado que as regras ortográficas devem ser estudadas, exploradas e

progressivamente dominadas, deve-se prestar atenção a outros aspectos do texto, que estão além da correção ortográfica. Mas é de se esperar que, ao final do ensino médio, os alunos não demonstrem dificuldades ortográficas. O mais elementar é que eles dominem as regras, às vezes meio aleatórias, da ortografia, mas apenas isso não pode constituir o ideal da escrita adequada e relevante, embora não possa deixar de merecer cuidado.

Em seu artigo “A teoria da enunciação e a escrita”, Endruweit (2004) diz que a escrita que era vista como a transposição da fala e tinha a função de auxiliar de memória, passa a ter autonomia como uma apropriação interior estruturada e submetida ao sistema da língua. Estrutura que permite sua aproximação da linguística e da teoria da enunciação. Ao escrever o sujeito deixa traços de sua experiência, o que possibilita ver na escrita um ato de apropriação de um sujeito marcado no enunciado produzido. Na escrita o locutor é parâmetro, como defendido por Flores (2018), é condição necessária à enunciação. Antes da enunciação, a escrita era entendida somente como “possibilidade de língua”, como visto em Benveniste (2006:83), significando que a escrita, em pura forma, é apenas letra, representação semiótica.

Endruweit (2004) defende que o trabalho do sujeito na língua é a plenificação da escrita, a semantização e a sua transformação em discurso, de um sujeito que ao escrever registra aquilo que não pode ser visto, mas apenas mostrado e que dizer do homem na língua e dizer do seu estilo. Estilo que se manifesta na língua em sua totalidade – fala e escrita sendo a presença do próprio homem manifestada na enunciação.

De acordo com Marcuschi e Dionísio (2007) a oralidade precede a escrita em todas as línguas, mas a fala não é representada pela escrita e a escrita não é derivada diretamente da fala. Fala e escrita não são sistemas linguísticos e sim modos de funcionamento da língua. A fala é organizada e não precisa de consertos ou alterações e geralmente apresenta correção gramatical em nível elevado. E a relação entre os processos de textualização na fala e na escrita é uma relação de mão dupla, pois a escrita influencia a fala de pessoas mais escolarizadas, acontecendo o contrário com pessoas menos escolarizadas que podem apresentar influência da fala em sua escrita.

Os indivíduos falam mais do que escrevem. Fato que, segundo Marcuschi e Dionísio (2007), leva à necessidade de um estudo das questões sobre a oralidade, contribuindo para um entendimento do funcionamento da escrita. Outros aspectos que devem ser considerados para um melhor entendimento das relações sistemáticas entre oralidade e escrita e a influência que uma exerce sobre a outra, é o fato da língua oral ser a mais usada no dia a dia, embora o ensino escolar se ocupe mais da língua escrita e o fato da criança, o jovem ou o adulto dominar a fala de sua língua materna com propriedade e eficiência comunicativa, ao ingressar na escola e começar a ser alfabetizado, tendo sua escrita influenciada por sua fala.

Segundo Romero (2010:476), o escrever diferente do que se fala é o paradoxo decorrente da “necessidade de se distinguir a imagem visual da letra de sua imagem acústica”. A letra é a representação gráfica do som marcado pela abstração, que é o fonema, um reflexo de como o indivíduo fala. E: “Uma primeira consideração refere-se ao fato de o ato de ler e escrever não se fundamentar na letra que se visualiza, forma ou se traça, mas nas palavras na quais pensamos” (ROMERO, 2010:476). Diante do que, a concordância verbal na produção escrita pode estar relacionada ao modo como o sujeito se expressa oralmente. O que responde à questão da subjetividade na linguagem, no emprego da concordância verbal. E pode justificar os desvios gramaticais na concordância verbal, nas produções textuais, que compõem o corpus desta pesquisa.

Romero (2010:476), sobre leitura e escrita, defende que: “A leitura se dá pelo reconhecimento, em um conjunto literal, de uma palavra então identificada, da mesma maneira como a escrita se dá, não pela atenção ao traçado que a constitui, mas pelo que se quer dizer”. A autora cita Freud (1973) que defendeu, em seus estudos sobre a afasia, que a atenção à linguagem visual levaria à perda de sentido. Faz-se necessário distinguir a imagem visual da letra de sua imagem acústica, para que haja leitura e escrita e: “para compreender esse paradoxo, é necessário ter em mente que a letra, se é apreendida como representação gráfica de um som, é uma representação gráfica de um som intrinsecamente marcado pela abstração: o fonema”. Então, a letra é a representação gráfica do fonema.

Para compreender o efeito da subjetividade na linguagem, no emprego do tempo na concordância verbal, complementando o que foi visto na teoria enunciativa de Émile Benveniste, referente à subjetividade e a subjetividade na linguagem,

buscamos os escritos de Romero (2010), sobre a relação entre palavra e som, imagem verbal e imagem acústica e sentido e sonoridade. A respeito da relação palavra e som, a autora diz que: “um fonema consiste em uma unidade sonora abstrata que, ao materializar-se em uma produção verbal, o faz graças a sua inserção em uma cadeia não qualquer”. O que, faz com que os fonemas se materializem de maneiras semelhantes ou de maneiras diferentes, de acordo com os “falantes que o sustentam e com as propriedades dos segmentos que lhe são adjacentes. O fonema (unidade sonora abstrata) é, portanto, apreendido por meio de fones (unidades sonoras que o materializam), os quais são concebidos graças aos veículos estabelecidos no interior da cadeia e às características dos dialetos”.

Para um maior entendimento sobre a materialização dos fonemas, Romero (2010), utilizou como exemplos as palavras *pato* e *leite*. Na palavra *pato* o fonema /p/ é pronunciado em diversos falares. Já na palavra *leite*, a letra “t”, o fonema /t/ é pronunciado com [tx] diante de [i] e suas variantes em vários dialetos ou como [t] (dental ou alveolar) em outros ambientes. Neste caso, diferentes sequências sonoras se referem à mesma palavra. Diante disto, Romero (2010:477), conclui que: “o vínculo entra as letras se faz graças a uma visibilidade que contradiz os sons”. Então:

Com efeito, ao escrevermos, ao vincularmos uma letra a outra na escrita, damos origem a uma imagem acústica, a uma impressão psíquica do som, que decorre da palavra na qual o vínculo de uma letra outra se dá. Se a imagem visual é do domínio da letra, a imagem acústica é, portanto, do domínio da palavra. Essa imagem acústica ausente na letra, é o que faz o som da letra ser apreendido e, ao mesmo tempo, se perder... A sonoridade é apreendida porque o som da letra, representação gráfica de um fonema que está na letra é, e não se lê. Sua leitura passa por uma inserção da letra em uma palavra que lhe confere um som unicamente por via dessa inserção, melhor seria dizer, de uma palavra que dá corpo ao som que a constitui; paradoxalmente essa inserção que lhe confere um som – ou que lhe dá corpo – é o que retira, pois, uma vez o domínio da palavra, o que se percebe é o sentido, que apaga toda e qualquer atenção conferida à sonoridade em si, (ROMERO, 2010:477).

A relação entre imagem visual e imagem acústica e entre sentido e sonoridade, que são fatores que determinam a leitura e a escrita e devem ser considerados em uma análise de produções escritas, como no caso de uma abordagem do tempo no emprego da concordância verbal.

A autora diz, ainda, que:

Ocorre, no entanto, que a palavra na qual pensamos, durante o ato de produção ou compreensão, não surge isoladamente, encontra-se em enunciados. E, ao nos darmos conta disso, é como se passássemos de uma constatação à outra, sem efetivamente refletir sobre essa mudança de posicionamento: as palavras continuam a ter sentidos, mas estes agora dependem dos enunciados nos quais elas aparecem, mais precisamente, do meio textual que as cerca (ROMERO, 2010:478).

O meio textual é constituído por palavras e a sua leitura e escrita são determinadas pela relação entre imagem visual e imagem acústica e entre sentido e sonoridade, o que nos remete à heterogeneidade na escrita, que de acordo com Silva (2015) é marcada pela presença da fala na escrita. A escrita é mediada pela fala e, portanto, é heterogênea. Isto caracteriza a concepção heterogênea da escrita, estudada pelos linguistas. Fala e escrita são sistemas semióticos distintos que se inter-relacionam em função de uma indissociabilidade, entre fatos linguísticos e sociais relacionados à fala e a escrita.

Reforçando o princípio da heterogeneidade da escrita, baseando-se no fato da fala e da escrita apresentarem um contínuo de variações, com semelhanças e diferenças, onde a fala e a escrita variam, em uma relação baseada no contínuo de gêneros textuais, Marcuschi defende que:

A língua é essencialmente heterogênea (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmica e suscetível a mudanças), histórica e social (não é uma imposição de formas prontas), indeterminada sob o ponto de vista semântico e sintático (submetida às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como texto e discurso (MARCUSCHI, 2007:62 e 63).

Silva (2015), compreendendo a fala e a escrita como modo de enunciação prática oral e escrita, centraliza a concepção de heterogeneidade da escrita no entendimento de que:

(i) A fala e a escrita são compreendidas como modos de enunciação ligados às práticas de oralidade e de letramento; (ii) as marcas de fatos ligados à enunciação oral presentes em enunciados escritos constituem indícios do modo heterogêneo de constituição escrita; (iii) a escrita é vista em seu processo de produção; (iv) a relação oral/falado e letrado/escrito é vista sempre a partir da relação sujeito/linguagem; e (v) a circulação dialógica do escrevente e/ou a imagem que o escrevente faz da escrita são sempre consideradas como parte de um imaginário socialmente partilhado, (SILVA, 2015:202).

Portanto, a escrita é um processo de construção de conhecimento intermediado pela oralidade, ou seja, por aquilo que o aprendiz já conhece sobre a

língua falada. Mas, nem todo conhecimento da escrita se origina do conhecimento da língua falada, que se diferencia de grupo a grupo, que se diferenciam social, etário e geograficamente. São parte do domínio da escrita os aspectos sociais, históricos, convencionais e textuais. O aspecto social é marcado pela fala do grupo que é modelo para o que se escreve; o aspecto histórico, no sentido de que a parte escrita tem natureza etimológica; o aspecto convencional estabelece as relações entre sons e letras; e o aspecto textual, seleciona os diferentes modos de escrever.

O aprendiz da escrita, ao interagir com o seu objeto de aprendizagem, pode formular e reformular hipóteses sobre o objeto. O falante da língua leva para sua escrita, o que conhece previamente sobre a língua, o seu conhecimento de natureza oral, transferindo características da fala para escrita e o grupo social controla a aprendizagem da escrita de seus falantes. O que torna diferente as operações linguísticas que representam a situação de enunciação escrita. Essas diferenças são observáveis no sujeito que enuncia, no interlocutor, na temática, na finalidade da interação, no tempo e no espaço da enunciação (SILVA, 2015).

Em seus estudos sobre operações linguísticas e o processo da aquisição da enunciação escrita, Silva (2015), observou que nesse processo a escrita do aprendiz é marcada pela subjetividade e pela singularidade. O sujeito falante se reconhece em relação ao outro, marcando, na sua escrita, o sujeito que enuncia, o interlocutor, a temática, a finalidade, o tempo e espaço da enunciação.

Segundo em Silva (2015), as marcas linguísticas observadas nos textos produzidos pelos falantes, resultantes da interferência da fala na escrita, podem ser fator determinante, para a ocorrência de equívocos na utilização do tempo na concordância verbal, em produções escritas. Essas marcas linguísticas, caracterizadas pela transgressão às normas, regras e convenções ortográficas, geralmente são vistas, pelos professores como “erros”. Esta é uma concepção de escrita como produto que não leva em conta que, como defendido por Antunes (2003), o sujeito que fala exercita a faculdade da linguagem utilizando a escrita para construir na sua escrita o sujeito que enuncia, o interlocutor, a finalidade da interação, a temática, o lugar e o tempo da produção, com o objetivo de provocar um efeito de sentido no seu interlocutor.

A autora defende que os chamados “erros” produzidos pelos aprendizes, são operações linguísticas que “marcam a trajetória do aprendiz, em sua inserção na

escrita convencional.” Essas operações indicam um entrelaçamento entre a oralidade e a escrita e evidenciam um modo de enunciação escrita, ou seja, o trabalho do sujeito com a linguagem. Portanto, “as operações linguísticas realizadas pelo falante podem ser consideradas como indícios/marcas que revelam na (sua) escrita inicial um tipo de particular de enunciação escrita” (Silva, 2015:197). Na análise das produções escritas dos estudantes que compuseram o grupo alvo desta pesquisa, observamos as marcas de subjetividade na linguagem abordando o tempo no emprego da concordância verbal, considerando a ocorrência da não concordância verbal nessa perspectiva.

Silva (2015) defende que:

A atividade da linguagem pode ser compreendida como ação, sendo responsável por tal um “eu” que se dirige a um “tu” e vice-versa – a partir de características específicas de uma dada língua e, por meio delas, materializa uma ação de linguagem – seja ela oral ou escrita – em textos empíricos, por meio de operações linguísticas (ou de linguagem e textuais discursivas), (SILVA, 2015:199).

A autora esclarece que um texto é um produto da atividade humana e que cada texto possui características individuais. O que pode ser ocasionado pela subjetividade na linguagem.

Silva (2015) compreende o texto como espaço social, histórico, cultural, linguístico e ao mesmo tempo singular, que revela escolhas e hipóteses que um “eu” escritor levanta a respeito da escrita, ao se apropriar dos recursos linguísticos que a língua dispõe para produzir, num dado espaço, num dado tempo, uma ação de linguagem direcionada a um “tu”, a fim de atingir um propósito de comunicação.

Baseada nesta perspectiva a autora considera que os textos dos indivíduos, que estão se apropriando da escrita, expõem elementos únicos, o que é resultante de escolhas únicas, indicando que os sujeitos da linguagem constroem a subjetividade e a alteridade ao realizarem certas operações linguísticas, compondo na sua escrita o sujeito que enuncia; o interlocutor; a finalidade da interação; e o lugar e o tempo da produção.

Embora o aprendiz presente, em sua produção textual, marcas linguísticas que indicam uma representação literal de sua oralidade, sua escrita em certos aspectos não representa termo a termo sua oralidade e ultrapassa os modelos textuais instituídos em livros didáticos e estabelece um processo interlocutório por meio de textos produzidos por si mesmo. O aprendiz da escrita, segundo Soares

(2015), além de construir o seu conhecimento e o domínio do sistema ortográfico, ao qual nós acrescentamos o conhecimento gramatical, precisa desenvolver o conhecimento e o uso da escrita no discurso, como uma atividade da enunciação, requerida e adequada a situações de interação social no texto, que é uma unidade estruturada que segue as regras discursivas com recursos de coesão, de coerência e de informatividade, entre outras.

Flores (2018), em seu artigo “A *enunciação escrita* em Benveniste: nota para uma precisão conceitual” lembra que, tendo por base o aparelho formal da enunciação, o quadro formal da realização da enunciação escrita deveria ser constituído pelo próprio ato, pela situação em que o ato se realiza e pelos instrumentos de realização.

Benveniste (2006:90) diz que: “a escrita se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ela faz os indivíduos se enunciarem”. Em cada plano o locutor enuncia a sua posição de locutor, tornando-se parâmetro (variável) de todas as condições necessárias da enunciação, o que interessa à abordagem da enunciação escrita. Ou seja, sempre há um locutor que ele chama de variável que define tudo o que constitui a enunciação. Portanto, não há enunciação escrita sem locutor. E a enunciação é sempre referida àquele que enuncia o locutor, independentemente do plano em que ele enuncia (FLORES, 2018).

A respeito da questão de quem é o alocutário da enunciação escrita, Flores (2018) diz que em enunciação, é possível aceitar que o locutor, assim como produz a enunciação escrita, produz também a leitura da enunciação escrita. Diante do que, o leitor pode ser pensado como alocutário. Isso somente é possível do ponto de vista do locutor, pois do ponto de vista da leitura, o leitor enuncia a leitura, a sua leitura. Sendo o locutor o parâmetro (variável) da enunciação, é do locutor que se trata sempre, na escrita e na leitura. Locutor e alocutário são sempre colocutores.

Em o aparelho lemos:

A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (BENVENISTE, 2006:84).

Flores (2018) destaca dessa situação a noção de instância do discurso e salienta que, segundo Benveniste (2006:84): “na enunciação, a língua, se acha

empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo”. Significando que, de um lado, a situação diz respeito à necessidade do locutor referir e do alocutário correferir pelo discurso e, de outro lado, essa construção da referência depende da instância de discurso.

Endruweit (2010), analisando a enunciação escrita, trata a escrita como um acontecimento enunciativo que, como toda enunciação, é cada vez única e irrepetível e a toma pela sua enunciação, não pelo seu enunciado. Pois, quando a escrita é tomada pelo seu enunciado é texto e ideal de significado e de sentido. O texto permite e obriga a leitura e a fala como ideal de comunicação, pode ser comparada à escrita, quando entendida como texto. Pois falamos para nos comunicar, para expressar pensamentos, ações, vontades e desejos e também escrevemos para isso. E usualmente, entendemos a escrita como texto, como algo que permite o acesso a um código de regras.

Mas, segundo a autora, este lugar da escrita é necessário, pois possibilita se pensar o lugar da enunciação escrita. E a visão da escrita pela enunciação é de uma ordem que trata da lógica do sujeito e não da lógica do enunciado, predominante na análise textual. A abordagem da escrita por um viés enunciativo implica um gesto de leitura singular. Nesta perspectiva, o enunciado é o nível aparente do escrever, aquele que se deixa mostrar e a enunciação é o nível da heterogeneidade radical, constitutiva e refratária à representação total. É um olhar que enxerga “singularidades através da regularidade”. Ou seja, sob um recorte enunciativo, a escrita vai além da simbolização, se ligando ao sujeito, pondo em evidência o singular, o irrepetível.

E, segundo Zasso (2006), o ato de escrever se situa entre a enunciação e o enunciado, possibilitando a (re) criação do sujeito e que o seu texto escrito é o enunciado que traduz a alteridade do sujeito que escreve. A autora concebe a escrita enquanto um objeto de conhecimento que subjetiva e singulariza quem escreve e a escrita refere-se ao mais global de enunciação.

De acordo com Knack (2010), a linguística textual, a análise do discurso e a semiótica se ocupam da análise do texto e vêm desenvolvendo um aparato teórico-metodológico, para dar conta da análise dos múltiplos aspectos que o estruturam. E, pode-se dizer que as teorias da enunciação, não têm como objetivo discutir a categoria texto e, para abordá-la, se faz necessário um deslocamento de conceitos

teóricos e a elaboração de um instrumento metodológico específico para a análise textual.

Apesar de Benveniste não propor um modelo de análise voltado para o texto, são encontradas em sua teoria, noções que podem ser deslocadas do seu quadro teórico para uma reflexão sobre a produção textual. Knack (2010) diz pensar ser possível elaborar princípios teóricos e categorias de análise para o estudo do texto, a partir das concepções que perpassam e fundamentam a teoria benvenistiana. Um primeiro princípio a ser estabelecido, consiste no fato da teoria da enunciação benvenistiana sustentar-se em um ponto de vista linguístico. Em suas análises, Benveniste busca explicitar os mecanismos da língua e seu funcionamento, a partir da apropriação desta pelo locutor. E as unidades da língua devem ser observadas em seu emprego e analisadas sob a forma e o sentido.

Podemos entender o texto no quadro teórico benvenistiano, a partir de sua afirmação que o ato de enunciação gera um enunciado: o discurso. Logo, podemos conceber texto como discurso, ou seja, como produto da enunciação.

O objeto de Benveniste é o próprio processo de enunciar e não o texto enunciado. E o enunciado fornece os elementos necessários ao processo de enunciação, uma vez que os caracteres linguísticos da enunciação são estabelecidos pela relação que o locutor estabelece com a língua. Esses caracteres são as marcas que devem ser observadas no estudo do texto e partindo do que está posto textualmente no enunciado pode se chegar ao processo de enunciação e explicitar os mecanismos pelos quais o locutor produz sentidos (KNACK, 2010).

Em “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste aborda alguns dos aspectos que devem ser observados quando da análise de um texto. Ele diz que as línguas possuem um aparelho do qual o locutor apropria-se para enunciar, por meio de índices específicos e de procedimentos acessórios e, assim, constituindo-se como sujeito. No processo de enunciação e no que se refere ao texto, é preciso considerar o próprio ato, a situação em que este se realiza e os instrumentos de sua realização. Estes aspectos são categorias que devem ser observadas na análise textual (KNACK, 2010).

A autora afirma que o aparelho formal é um mecanismo que possibilita a colocação da língua em uso e através desse aparelho, o locutor apropria-se da língua e a semantiza, convertendo-a em discurso. O discurso será sempre particular,

único, porque jamais pessoa/tempo/espaço poderão repetir-se. E, o princípio da irrepetibilidade da enunciação, confere singularidade ao processo enunciativo, tanto de produção quanto de leitura de um texto.

No que se refere à análise do texto, Knack (2010) diz que:

A singularidade do ato enunciativo de leitura refuta uma interpretação definitiva dos enunciados. O próprio analista produz uma leitura única, singular e, ao buscar reconstruir os sentidos do enunciado a partir das marcas nele presentes, produz uma análise também singular. O texto sempre espera por uma interpretação – locutor e alocutário referem e co-referem (KNACK, 2010:100).

E Benveniste ressalta que: “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 2006:90).

Knack (2010) destaca que cada analista, quando do estudo de um determinado texto, precisa compor seu aparato teórico-metodológico. Significando que a teoria enunciativa benvenistiana fornece elementos que sustentam o trabalho com texto, que é uma atividade que assume relevância no ensino de língua, uma vez que o texto vem ocupando papel de destaque em aulas de Língua Portuguesa.

A enunciação escrita é mais complexa do que a enunciação falada, pois exige do sujeito o domínio das letras, da escrita, e um conhecimento, mínimo que seja, das regras gramaticais. A enunciação oral é dinâmica e faz parte da constituição do sujeito, que tem contato com ela desde o seu nascimento, quando seus familiares comunicam-se oralmente com ele, enquanto a escrita lhe é apresentada, mais a frente, meses ou anos após o seu nascimento. E, como visto em Bagno (2000:77): “A língua falada, a língua que sai pela boca, é muito mais rápida, ágil e esperta do que a língua escrita, a língua que sai pela mão”.

1.2 VERBO E CONCORDÂNCIA VERBAL

Neste ponto da pesquisa abordamos o verbo e a concordância verbal, fazendo um estudo da origem e do significado da palavra “verbo” e da concordância verbal como um fenômeno variável, sujeita às marcas linguísticas do sujeito, sentido ou expressão linguística, por um viés enunciativo apoiado na teoria de Émile Benveniste.

Cegalla (2008:194) diz que: “Verbo é uma palavra que exprime ação, estado, fato ou fenômeno”, que “o verbo é palavra indispensável na organização do período” e que é a palavra mais rica em flexões que assume várias formas, para indicar a pessoa do discurso, o número, o tempo, o modo e a voz. E a conjugação é o conjunto ordenado das flexões ou formas de um verbo.

Hauy (2014) defende que a definição tradicional do verbo como palavra variável que exprime ação, estado ou fenômeno, exclui os inúmeros verbos que não denotam ação, estado nem fenômeno, como no caso dos verbos que indicam passividade (merecer, receber...), necessidade (precisar, merecer...), ocorrência (acontecer, ocorrer...), conveniência (importar, convir...) e etc.. De acordo com a autora, a mais coerente é a definição do verbo como: “Palavra que pode exprimir as modalidades de um processo ou estado (tempo, duração e etc.) por meio de mudanças da forma” (Hauy, 2014:821), expressas pelas categorias gramaticais da flexão verbal que são pessoa, número, tempo, modo, forma nominal e aspecto.

De acordo com Bechara (2015:222): “Entende-se por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza, por ser um molde pelo qual o falar organiza seu significado lexical”. Em citação do mesmo autor, vemos que o verbo se combina com elementos gramaticais (morfemas) de tempo, de modo, de pessoa e de número, entre outros e que o estabelecimento do sistema de categorias verbais se faz necessário para um estudo coerente do verbo. São categorias do sistema verbal: gênero, número, pessoa, estado, aspecto, tempo, voz, modo, taxis e evidência. Lembramos que neste estudo, abordaremos a categorias de pessoa e de tempo relacionadas à enunciação. A categoria de pessoa determina a relação dos participantes no acontecimento, com os participantes no ato da fala e a categoria do tempo que define a relação temporal do acontecimento comunicado com o momento do ato da fala.

Como visto em Bechara (2015), as pessoas do verbo são: primeira, segunda e terceira pessoas do singular e primeira, segunda e terceira pessoas do plural; os tempos verbais são: presente, pretérito e futuro; os modos do verbo são: indicativo, subjuntivo, condicional, optativo e imperativo; e as vozes do verbo são: ativa e passiva. E, De acordo com a teoria enunciativa de Benveniste, como visto no aparelho formal da enunciação, as pessoas da enunciação são representadas pelo par *eu/tu* em oposição a *ele* e o tempo verbal da enunciação é o presente.

Ilari e Basso (2014) afirmam que a palavra verbo vem do Latim *verbum* e o seu significado é “palavra”. Para os romanos, o verbo é a palavra por excelência, que tem farta morfologia e é a mais rica. Por isso, chamam os verbos de “verbos”.

Na Língua Portuguesa, o verbo é a classe de palavras que tem o maior número de formas flexionadas e riqueza morfológica complementada pela semântica (é carregada de sentido). Pois, em uma sentença, cabe ao verbo fornecer informações importantes, tais como: a localização no tempo – apresentando o fato ocorrido como simultâneo, anterior ou posterior a ocorrência da fala; localização em diversos mundos possíveis – marcada por expressões como eu era ou você era e, ainda, o era uma vez dos contos infantis, que nos leva ao mundo da fantasia; o grau de comprometimento com a verdade da informação passada pelo falante e a possibilidade de representar os fatos como acabados ou em desenvolvimento – marcada por verbos como: veio, vinha ou estava vindo. Esta ação de representar o fato como acabado ou em desenvolvimento, é chamada pelos linguistas de aspecto verbal.

Acerca da concordância Verbal, Bechara (2015:554) diz que: “Em português a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada”.

A concordância verbal é verificada em número e pessoa entre o sujeito e o verbo da oração, o que pode ser de palavra para palavra ou de palavra para sentido. Na concordância de palavra para palavra, quando o sujeito for simples e estiver no singular, o verbo irá para o singular, mesmo no caso de o sujeito ser coletivo. E se o sujeito for composto o verbo vai para o plural (BECHARA, 2015).

Bechara (2015) chama a atenção para a liberdade de concordância, proporcionada pela língua portuguesa, ressaltando que esta deve ser cuidadosamente usufruída, para não interferir na clareza da mensagem e na

harmonia do estilo. Vale salientar que, como visto em Monte (2007:12), a concordância verbal é um fenômeno linguístico que ocorre em um contexto sociocultural e, portanto, “não pode ser analisada apenas em termos de suas relações internas na gramática, mas deve ser vista como parte de um contexto sociocultural mais amplo (...)”.

Devemos, então, considerar as marcas linguísticas do sujeito que, como visto em Lima e Barros (2017), têm como fatores contributivos a cultura na qual o sujeito está inserido, a naturalidade, a faixa etária, o grau de escolaridade e o gênero. Fundamentadas na teoria de Benveniste, as autoras defendem que os valores semânticos e semióticos da enunciação meçam o sujeito no discurso e o funcionamento subjetivo e o referencial do discurso são assegurados pela distinção o *eu* e o *não – eu* por meio dos pronomes pessoais, que realizam a oposição “*eu*” ao “*tu*” e a oposição do sistema “*eu/tu*” ao “*ele*”.

Retomando a introdução do artigo de Lima e Barros (2017) vemos que:

O sentido de uma palavra ou expressão linguística traz consigo aspectos subjetivos, uma vez que o entendimento reside no instante que o locutor interage com o alocutor, ou seja, o sentido de um enunciado está no contexto da ação comunicativa. Além disso, a marca cultural do sujeito, o espaço, o tempo e a pessoa são itens que definirão o sentido do item lexical usado pelo falante (LIMA e BARROS, 2017:19).

Diante disto, podemos considerar que a concordância verbal é marcada pela subjetividade na linguagem, porque o indivíduo ao se expressar oralmente ou por escrito, na interação locutor/alocutor, deixa sua marca pessoal, que é definida pelo contexto do ato comunicativo, exposta nas palavras ou expressões linguísticas e no modo como utiliza o tempo na concordância verbal. Ressaltando que, além disso, a marca cultural do sujeito, o espaço, o tempo e a pessoa definirão as palavras que o falante utilizará.

Em seus estudos sobre a dialética de Recife e de Salvador, Lima e Barros (2017) perceberam que os verbos, os sinônimos e as mudanças de classe das palavras indicam as transposições de sentidos do item lexical e citam Marques (2011) que diz que as palavras, de acordo com os significados, revelam as condições socioculturais dos falantes. Condições essas que, certamente, influenciam no emprego da concordância verbal e na aquisição da linguagem oral e escrita do sujeito da linguagem.

A concordância verbal é um dos aspectos sintáticos da gramática e Lukanchuki (1988) aborda a sintaxe de concordância, segundo a norma culta da Língua Portuguesa, contemplando os fatos gramaticais do dia a dia e defende que o estudo de uma língua nos faz ver que ela tem normas a serem seguidas e que as regras gramaticais não ficam apenas na gramática e não são aprendidas apenas para as aulas de Português. Ao contrário, elas são utilizadas no cotidiano dos falantes de uma língua. Lukanchuki (1988:01) diz, ainda, que: “concordar é harmonizar. É estabelecer pontes comuns entre as palavras: em gênero e número para o nome, em pessoa e número para o verbo”. O verbo modifica sua terminação (desinência número-pessoal) para concordar em pessoa e número com o sujeito da oração, sendo o elemento fundamental da oração.

Lukanchuki (1988) cita os seguintes exemplos para ilustrar o exposto acima. Nos quais, temos a relação verbo-sujeito com a concordância pessoa e número, entre verbo e sujeito:

Quadro 01 – exemplos de concordância de Lukanchuki

<u>Seguem</u> eufóricos os <u>carnavalescos</u> .		/	<u>Tu</u>	<u>farás</u> a pesquisa?
↓	↓		↓	↓
Ver. 3ª Pes. Pl.	Suj. 3ª Pes. Pl.		Suj. 2ª Pes. Sing.	Ver. 2ª Pes. Sing.
<u>Maria</u> e <u>eu</u> <u>notamos</u> sua ausência				
↓	↓	↓		
Suj.	Suj.	Ver.		
3ª Pes. Sing.	1ª Pes. Sing.	1ª Pes. Pl.		
}				
1ª Pes. Pl.				

Fonte: (LUKANCHUKI 1988, p. 36)

Baccega (1989), de outro modo, define concordância como um mecanismo sintático que expressa a associação de elementos da frase e que, como visto anteriormente, pode ser nominal onde o adjetivo concorda com o substantivo ou verbal com o verbo concordando com o sujeito. “Este fenômeno linguístico, entre os de caráter sintático, é dos mais importantes” (BACCEGA, 1989:01).

Baccega (1989:06) cita algumas regras gerais sobre a concordância verbal, tais como: 01 – sujeito simples com núcleo no singular o verbo fica no singular; 02 – Sujeito simples co núcleo no plural, o verbo fica no plural; 03 – Sujeito composto de

dois ou mais núcleos, no singular ou plural o verbo fica no plural; 04 – Sujeito composto cujos núcleos se referem a pessoas diferentes, verbo no plural, prevalecendo a pessoa que tiver prevalência, prevalecendo a primeira sobre as demais e a segunda sobre a terceira.

Mas, a autora diz que, na maioria das vezes, as regras gerais não são suficientes para que o emissor expresse suas ideias adequadamente, porque a realidade do texto requer procedimentos diferentes. E as gramáticas normativas, no que se refere à sintaxe, não adotam as variantes linguísticas, dando a entender que todo discurso, manifestação do código linguístico, tem por objetivo informar, sem interferências que fujam ao determinado por suas regras. No entanto, a expressividade transparece mais na construção sintática (BACCEGA, 1989).

Incluímos em nossa/s discussões, o exemplo de concordância verbal com o coletivo, destacado abaixo, citado por Baccega (1989), para buscar um entendimento de como os sujeitos da nossa pesquisa elaboram a concordância verbal e do quanto a subjetividade da linguagem está implicada neste processo.

Quadro 02: Adaptação do exemplo de concordância verbal de Baccega

<u>O povo</u>	<u>saiu</u> às ruas.
↓	↓
Suj. 3ª Pes. Sing.	Verb. 3ª Pes Sing.
O povo	saíram às ruas.
↓	↓
Suj. 3ª Pes. Sing.	Verb. 1ª Pes. Pl.

Fonte: (BACCEGA, 1989:10)

Diante deste exemplo a autora diz que:

A primeira frase, aceita pela gramática como “correta”, mostra que o emissor vê o *povo* como um todo indivisível. A segunda, ao contrário, carrega a idéia de que o *povo* é constituído por numerosos indivíduos; daí a concordância no plural. Como se falar em “correção”? Falemos isso sim, em adequação e salientemos que o uso da primeira frase, que manifesta nuances de interpretação da realidade, será decorrência do conhecimento, por parte do emissor, das variadas possibilidades de expressão (BACCEGA, 1989:11).

Neste caso, o emissor expressa na concordância verbal, em suas produções textuais, a sua interpretação da realidade. O que configura a subjetividade na linguagem na utilização do tempo verbal.

Baccega (1989) encerra os seus comentários sobre a concordância verbal e os seus meandros dizendo que:

Haverá, sim, predominância de determinados aspectos nos discursos: há discursos predominantemente intelectuais – como o científico –, outros predominantemente afetivos. Todos, porém, carregam uma dose de inegável subjetividade. Afinal, a própria relação linguagem – pensamento conceptual o demonstra. Essa subjetividade, presente no vocabulário, manifesta-se também na sintaxe, incluindo-se a concordância verbal (BACCEGA, 1989:13 e 14).

O que pode contribuir, para a compreensão de como a subjetividade na linguagem está marcada no emprego do tempo, na concordância verbal. Considerando que, como visto na citação acima, todo discurso, seja ele científico ou afetivo, é carregado de subjetividade, o que é demonstrado pela relação “conceptual”. Ou seja, a própria relação do homem com a linguagem demonstra isso, tendo em vista o homem como um ser de linguagem e se construir na e pela linguagem, como visto na teoria da enunciação de Benveniste.

Ainda falando sobre concordância e conjugação verbal, trazemos a teoria da simplificação das conjugações verbais de Bagno (2000), sobre a existência de uma tendência generalizada de reduzir as seis formas do verbo conjugado a apenas duas. Como visto no quadro abaixo, comparando o português padrão e português não-padrão.

Conjugação do verbo AMAR no presente do indicativo	
Português padrão	Português não-padrão
Eu amo	Eu amo
Tu amas	Tu/Você ama
Ele/ela ama	Ele ama
Nós amamos	Nós/ a gente ama
Vós amais	Vocês ama
Eles amam	Eles ama

Fonte: (BAGNO, 2000:61)

Bagno (2000) fala sobre o enxugamento da língua, representado pelo Português Não Padrão, uma língua “enxuta” que evita redundâncias (excesso de marcas para indicar um único fenômeno).

No caso dos verbos, assim como no caso dos plurais, “onde a marca do plural fica limitada ao artigo ou à primeira palavra, como em “os menino bonito”, basta a presença do pronome – sujeito para indicar a pessoa verbal. Ou seja, indicando a pessoa, a forma do verbo não precisa variar tanto para que se compreenda de quem se está falando e qual o tempo verbal em questão.

A mesma regra de eliminação de concordâncias redundantes, aplicada no caso dos plurais, vale também para a conjugação verbal. No caso da eliminação de redundância, existe uma forma para *eu* e uma forma para as outras pessoas. O que pode ser justificado por uma natureza psicológica, baseado na questão do outro, do diferente que parece ser o grande problema do ser humano.

No caso dos verbos simplificados, estas duas formas que diferenciam a primeira pessoa das outras, pode ser o reflexo da necessidade que todo ser humano tem de distinguir o *eu*, o indivíduo, do *não-eu*, do coletivo. Parece existir, no inconsciente, o desejo de deixar bem claro o limite que separa o que diz respeito a mim e o que diz respeito aos outros (o resto da humanidade).

1.3.1 O verbo na enunciação

Referindo-se à estrutura das relações de pessoa no verbo, Benveniste (2005:247) diz que: “O verbo é, como o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria de pessoa”. E que as formas de conjugação são classificadas de acordo com a sua referência à pessoa, o que constitui a enumeração das pessoas e a conjugação. As pessoas são classificadas em três no singular, três no plural e, eventualmente, no dual (*Eu* e *tu*), essa classificação tem sua origem na gramática grega. Os *seres eu, tu* e *ele* definem pessoas, cada pessoa se opõe ao grupo de outras e as distinções de pessoa, são marcadas nas formas verbais de toda língua que possui verbos. Diante disso, pode-se concluir que a categoria de pessoa pertence às noções fundamentais e necessárias ao verbo. Geralmente, a pessoa se faz representar pelo par *eu* e *tu*. E *ele* é a forma não pessoal da flexão verbal, devido ao fato de poder se referir a muitos sujeitos ou a nenhum.

Benveniste (2005) defende a existência de uma oposição entre a “pessoa – *eu*” e a “pessoa não – *eu* baseada no par *eu/tu* na correlação de subjetividade. O *eu* é interior ao enunciado e exterior a *tu* e transcendente em relação a *tu*. O *tu* pode ser definido como pessoa não subjetiva, visto que o *eu* representa a pessoa subjetiva e juntas são organizadas por duas correlações constantes. A correlação de personalidade, opondo as duas pessoas *eu/tu* a não pessoa *ele* e a correlação de subjetividade, interior à precedente e opondo *eu* a *tu*.

De acordo com Flores (2013), a enunciação é analisada por Benveniste: “a partir da diferença de natureza no paradigma linguístico dos pronomes pessoais *eu/tu/ele*”. Para ele as pessoas do discurso são indicadas pelos pronomes *eu/tu*. O *ele* é não pessoa. Esta ruptura interna da língua que separa de um lado o modo subjetivo de significar, indicando a pessoa no discurso, representado pelos pronomes *eu/tu* e do outro lado pronome *ele* representando a não pessoa, de um modo objetivo.

A classe dos verbos tem relação direta com a classe dos pronomes, na instância do discurso de uma determinada língua. A categoria de pessoa é uma das categorias internas à flexão dos verbos e comprova o fato de que a “ruptura semântica existente no paradigma nominal integra o paradigma verbal na instância do uso”. O verbo é conjugado de acordo com a pessoa. O verbo em suas categorias representadas pelos aspectos, tempo, pessoa, gênero etc., se for parte de uma instância de discurso, com *eu* ou *ele*, apresenta os modos de significação subjetivo e objetivo.

Na teoria de Benveniste, a universalidade da categoria de pessoa aplica-se na mesma medida ao verbo. As formas verbais são marcadas pelas distinções de pessoa, em toda língua que tenha verbo. Na relação pronome /verbo, o pronome ajuda a indicar variações verbais. A característica universal das línguas é a oposição formal entre as formas verbais da primeira pessoa e da não pessoa. A expressão do verbo é analisada na instância de discurso que o contém, a língua em uso. Benveniste observa a forma como a categoria de pessoa marca-se no verbo e a subjetividade no enunciado. É própria do verbo a diferença de sentido entre formas verbais de primeira pessoa e de não pessoa. A categoria de pessoa determina o sentido do verbo. As categorias verbais relativas à primeira e segunda pessoa, são indicadores de subjetividade. E a subjetividade está inserida no paradigma de

verbos do campo semântico de operações mentais, operações lógicas que ao serem enunciadas em primeira pessoa, indicam atitudes do sujeito (FLORES, 2013).

A categoria de pessoa norteia diretamente a categoria de tempo. O que reflete na organização do paradigma verbal. Para Benveniste, a tradicional divisão do tempo verbal em presente, passado e futuro é insuficiente para organizar as dimensões temporais.

O plano da enunciação de discurso compreende um locutor e um ouvinte e diversos discursos orais e textos escritos. Gêneros nos quais o locutor utiliza a categoria de pessoa para dizer algo se dirigindo a alguém. Todos os tempos verbais, menos o aoristo (passado simples e passado definido) tempo da história, estão presentes na enunciação de discurso (FLORES, 2013).

O aspecto verbal está relacionado à duração da ação verbal, indicando se a ação verbal é considerada como concluída ou não. Nas ações concluídas, indica o ponto determinado no tempo em que a ação ocorreu, destacando o seu início, desenvolvimento e fim. Em ações não concluídas, indica se a ação ocorre de forma frequente e repetitiva (FLORES, 2013).

Flores (2013) propõe um estudo enunciativo do aspecto verbal, a partir da problematização da dêixis, abordando-o como indicador da subjetividade na linguagem, a exemplo das categorias como tempo, modo e pessoa. Uma abordagem dêitica do aspecto, considerando-a em uma visão enunciativa e não na visão lógico-formal.

1.3.2 O tempo na enunciação

A noção de tempo tratada por Benveniste é voltada exclusivamente para a vivência humana e identifica três tipos de tempo. O tempo físico (o tempo dos fatos), tempo crônico (instituído pelo homem, como o calendário) e o tempo linguístico, que de acordo com a teoria de Benveniste, é organicamente ligado ao ato da fala, à função do discurso e “apresenta como outro” o presente da instância da fala. O presente, por ser parte integrante da enunciação, fundamenta as oposições temporais na língua e é referência para as marcas temporais do passado e futuro. É o único tempo inerente à língua e o passado e o futuro são marcas, não

considerados tempo (FLORES, 2013). O tempo enunciativo é o tempo presente, que tem seu centro no presente da instância da fala.

Flores (2013) diz que a oposição entre tempo e aspecto é observada pelo fato da categoria tempo ser dêitica e a categoria aspecto não o ser. O que diferencia as categorias tempo e aspecto é a forma como cada uma lida com a dêixis. Por fazer referência ao tempo físico, as duas são temporais, mas diferentes entre si semanticamente. Visto que o aspecto se refere ao tempo interno e o tempo ao tempo externo. A referência da categoria tempo se efetiva por meio da dêixis. Mas, de acordo com a teoria enunciativa de Benveniste, o aspecto, mesmo integrado à categoria da não pessoa, pode ser discutido com relação à dêixis, porque o conceito enunciativo de dêixis é diferente do conceito de outras teorias.

O tempo verbal é uma categoria mais complexa que se divide em sistema de enunciação histórica e a enunciação de discurso. A enunciação histórica se caracteriza por eventos passados. Neste tipo de enunciação, as formas *eu, tu, aqui, agora* não são utilizadas e seu desenvolvimento se dá estritamente com formas da terceira pessoa, de ele. Este plano histórico contém os tempos passado aoristo (simples e passado definido), o pretérito imperfeito e o pretérito mais que perfeito e o prospectivo. O presente é excluído, exceto o presente na forma de presente temporal, presente de definição (FLORES, 2013).

Ao tratar das relações de tempo no verbo Frances, Benveniste (2005) diz que a forma verbal na escrita e na fala se efetivam de modo diferente. A escrita mantém a forma antiga, mais conservadora e na língua falada se instala a forma de substituto que se impõe sozinha. Língua escrita e língua falada se unem em pontos de temporalidade. Benveniste vê a descrição das relações de tempo constituindo-se na tarefa mais necessária.

Os modelos gramaticais levam à crença de que todas as formas verbais tiradas de um mesmo tema pertencem, todas, à mesma conjugação, em virtude unicamente da morfologia. Mas Benveniste se propõe a mostrar que a organização dos tempos depende de princípios menos evidentes e mais complexos. Os tempos de um verbo (francês), não se empregam como membros de um sistema único, distribuem-se em dois sistemas distintos e complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo, todos dois estão em uso corrente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois sistemas

manifestam dois planos de enunciação diferentes, distinguidos como o da história e o do discurso.

A enunciação histórica é reserva à escrita e marca acontecimentos passados. Narrativa, acontecimentos passados devem ser ressaltados na mesma medida, pois é a apresentação dos fatos ocorridos em determinado momento do tempo, sem a intervenção do locutor da narrativa. Para que esses fatos sejam caracterizados como passado, devem ser registrados, enunciados numa expressão temporal histórica. A pessoa da narrativa, a expressão temporal histórica é a terceira e a enunciação histórica comporta três tempos verbais: o Ariosto (passado simples e passado definido), o imperfeito e o mais que perfeito. E, de maneira limitada, o prospectivo (substituto do futuro) e, raramente, o presente de definição (presente intemporal). Na enunciação histórica ninguém fala. É como se os acontecimentos narrassem a si mesmos e o tempo fundamental é o ariosto, que é o tempo do acontecimento fora da pessoa do narrador (BENVENISTE, 2005).

Ao contrário do plano histórico, está o plano do discurso, compreendendo que todo discurso é enunciação e que supõe um locutor (com intenção de referenciar o outro e um ouvinte (o outro)) (BENVENISTE, 2005).

Benveniste (2005) esclarece que a distinção de narrativa histórica e discurso não está relacionada à distinção entre língua escrita e língua falada. A enunciação histórica é reservada à língua escrita e o discurso é tanto falado como escrito. O discurso se distingue da narrativa histórica pela escolha dos tempos verbais e emprega todas as formas pessoais do verbo, *eu/tu* e *ele*. A terceira pessoa não tem o mesmo valor no discurso que tem na narrativa histórica. Onde, se não houver um narrador, a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra. Configurando uma ausência de pessoa. No discurso, o locutor opõe a não pessoa *ele* a uma pessoa *eu/tu*. Da mesma forma o registro dos tempos verbais é muito mais amplo no discurso, no qual todos os tempos são possíveis, exceto o ariosto que é típico da história. Mas são três, os principais tempos do discurso: o presente, o futuro e o perfeito.

No caso da subjetividade da linguagem, o seu eixo está na primeira pessoa do processo enunciativo e para o locutor falar de si mesmo, o tempo principal é o presente. Tudo o que ele considera como ação acabada e enuncia na primeira

pessoa do perfeito é lançado para o passado. A expressão fixa-se para explicar o passado subjetivo, empregando no discurso a forma acabada.

Benveniste (2005) divide o tempo em físico, crônico e linguístico. Sendo este último, como já citado, de acordo com a teoria de Benveniste, ligado ao ato da fala, à função do discurso, apresentando como outro o presente da instância da fala.

De acordo com Fiorin (2016), medimos o tempo enquanto passa pela consciência que temos dele, pois o passado que não é mais, o futuro que não é ainda e o presente que não tem extensão, não podem ser medidos, a menos que se diga que o nada pode ser medido. Na verdade, é quando o tempo passa que pode ser sentido e medido, pois tendo passado, como não é mais, não é mensurável. Porém, não podemos dizer que o passado e o futuro não existem, sem estar ligado à linguagem, pois uma vez que as pessoas podem predizer o futuro e narrar o passado, o passado e o futuro existem.

A caminhada pela reflexão sobre o tempo tem início como mito e dá lugar à filosofia, que estabelece as bases da compreensão do tempo físico e, ao perceber a sutileza e complexidade da experiência temporal humana, desemboca na análise linguística. O tempo é uma categoria da linguagem, por se intrínseco à narração, mas cada língua manifesta-se de diferentes formas (FIORIN, 2016).

Citando Benveniste, Fiorin (2016) diz que situar um acontecimento no tempo crônico é uma coisa e inseri-lo no tempo da língua é outra. O tempo da língua não se reduz ao tempo crônico e nem ao tempo físico, pois há um tempo específico da língua, o tempo linguístico, sobre o qual Benveniste diz que:

O que o tempo linguístico tem de singular é que ele é organicamente ligado ao exercício da fala, que ele se define e se ordena como função do discurso. Esse tempo tem seu centro – um centro, ao mesmo tempo, gerador e axial – no presente da instância da fala (BENVENISTE, 2006:73)

Que é interpretado por Fiorin (2016) como um agora, momento da enunciação, instalado no discurso, fundamentando as oposições da língua e a criação de um então se contrapondo ao agora. A contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração é indicada pelo tempo presente. Presente que enquanto função do discurso, de acordo com Benveniste, não pode estar em nenhuma divisão particular do tempo crônico.

A cada vez que o enunciador se enuncia, o agora é reinventado, ou seja, cada ato da fala é um tempo novo ainda não vivido. O ato da linguagem gera o agora que se desloca ao longo do discurso e é sempre agora, sempre presente. Diante disto, o agora se torna eixo que ordena a categoria topológica de concomitância verso não concomitância, que se articula em anterioridade verso posteridade. Dito isto, Fiorin (2016) reafirma que todos os tempos estão intrinsecamente relacionados à enunciação.

Fiorin (2016) defende que o agora é um tempo em que *eu* toma a palavra, fazendo da organização linguística do tempo uma categoria egocêntrica, por colocar o *eu* no centro da enunciação. Lembrando que a temporalidade do enunciador é aceita como sua de enunciatário, ou seja: “o agora do enunciador é o agora do enunciatário” (FIORIN, 2016:127). E de acordo com a teoria enunciativa de Benveniste, o tempo do discurso não é reportado nem às divisões do tempo crônico e nem fechado em uma subjetividade voltada para si mesma. Em síntese, o tempo linguístico se ordena em relação ao momento da enunciação e é gerado no discurso e o tempo verbal em torno dos pronomes que representam as pessoas.

METODOLOGIA

A metodologia usada, para este trabalho, foi fundamentada na proposta de uma pesquisa de campo do tipo qualitativa, baseada no estudo de caso, usando-se como instrumento a análise das produções escritas, do gênero textual carta pessoal e dissertação com tema preestabelecido, pois pretendíamos investigar a relação do tempo na concordância verbal nos possíveis equívocos apresentados nas produções escritas de estudantes da Educação de Jovens e Adultos, demonstrando a possível relação subjetiva estabelecida no uso do tempo verbal de acordo com os interlocutores implicados na relação dialógica.

Por envolver seres humanos, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Pernambuco, sendo recebido e aprovado sob o registro CAAE: 85706318.0.0000.5206.

Para a seleção dos sujeitos que fizeram parte desta pesquisa, formamos um grupo base, com 25 sujeitos integrantes do nível IV da Educação de Jovens e Adultos – EJA, de uma escola pública do município de Olinda, Pernambuco. Deste grupo base, selecionamos 04 sujeitos que compuseram o grupo alvo, no qual foram coletados os dados desta pesquisa. Obedecemos ao critério de seleção: alunos regularmente matriculados na escola campo de investigação, que apresentaram maior incidência da não concordância verbal.

Baseamos nossos estudos nas produções textuais dos 04 estudantes, selecionados entre os 25 estudantes do grupo base. Para isso, fizemos uma atividade piloto com os referidos 25 estudantes, caracterizada pela produção de duas cartas: uma endereçada ao professor e outra a um colega da classe. Nesta produção, verificamos aquelas que apresentaram maior incidência de equívocos no emprego da concordância verbal e os sujeitos autores compuseram o segundo grupo denominado alvo, composto por 04 estudantes. Após a seleção dos sujeitos do grupo alvo, o qual foi o objeto da nossa investigação, propusemos novas produções textuais, do gênero dissertação escolar com tema livre, no intuito de verificar a relação entre o tempo e a subjetividade no emprego da concordância verbal.

O gênero textual carta pessoal é utilizado na comunicação entre namorados, cônjuges, familiares e amigos. As cartas pessoais podem ser informais e escritas em

linguagem coloquial e seguem modelos relativamente estáveis. E a dissertação é um texto que exige o emprego gramatical e dissertativo adequados sobre um tema livre, sugerido ou determinado pelo professor. Selecionamos estes dois gêneros, porque pensamos que, talvez, deixariam os estudantes mais a vontade para se expressarem livremente, facilitando nossa análise da subjetividade.

Para que fossem atingidos com êxito os objetivos da pesquisa aprofundamos a fundamentação teórica, apoiados nos estudos de obras tradicionais e recentes sobre a enunciação, baseada na Teoria de Émile Benveniste e, sobre a Gramática da Língua Portuguesa, a respeito da definição e emprego do verbo e concordância verbal.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analizamos as produções escritas do gênero textual dissertativo, de 04 estudantes regularmente matriculados na Modalidade de Ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), do nível IV, de uma escola pública, da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, para atingirmos o nosso objetivo principal que foi investigar o tempo na concordância verbal escrita, a partir da teoria enunciativa de Émile Benveniste.

Considerando que a subjetividade é marcada pela passagem de locutor a sujeito e que a subjetividade na linguagem, por sua vez, é marcada por interpretações e expressões pessoais, investigamos a relação do tempo na linguagem, no emprego da concordância verbal, a partir dos registros subjetivos indicativos da relação do escrevente com o outro e com a língua, no discurso.

Ressaltamos o processo de produção do discurso, dos 04 estudantes da Educação de Jovens e Adultos que compuseram o nosso grupo alvo, destacando alguns trechos de cada produção, os analisando e comentando um a um e, após este processo, finalizamos com uma análise geral comum a todas elas.

Nosso objetivo é revelar que a enunciação marca o sujeito no discurso, destacando o tempo não apenas como traço linguístico de uma comunidade, mas carregado de sentido para os usuários da língua, que ao mesmo tempo reafirma a sua identidade cultural.

Produção 01:

Nesta produção, sobre o tema Violência contra a criança, encontramos a relação do tempo e da subjetividade na linguagem, no emprego da concordância verbal, no processo da transposição da fala para a escrita, na marca do tempo futuro e do presente linguístico e na utilização de frase de efeito.

estava quando os pais pensa que elas
estão na Escola. mais ela na Tão nós
para outros lugares sai com os amigos

(...) escola quando os pais pensa que elas estão na escola. Mais ela na **tão** vão para outros lugares sai com os amigos. (linha 11)

Neste trecho destacamos o verbo estar no presente do indicativo, na terceira pessoa do plural, indicando o tempo na concordância verbal, quando o estudante diz **estão** grafando **tão**, mostrando a influência da fala na escrita. A respeito do que, Marcuschi e Dionísio (2007) defendem que a relação entre os processos de textualização na fala e na escrita é uma relação de mão dupla, pois a escrita influencia a fala de pessoas mais escolarizadas, acontecendo o contrário com pessoas menos escolarizadas que podem apresentar influência da fala em sua escrita.

(...) não aviza os pais e aí acontece as coisas errada quando **vão** sabe já e tarde e elas sofre pela dor de perder (linha 14)

Neste caso, o estudante marca o tempo futuro e o presente, ao registrar **vão**, o verbo ir no futuro do indicativo. Ressaltando que, de acordo com Benveniste (2006), o tempo linguístico é o tempo presente que é ligado ao exercício da fala e se define e se ordena como função do discurso e é centralizado no presente da instância da fala ou da escrita, neste caso.

(...) as crianças **violênca contra as criança tem quer acaba** (linha 17)

De acordo com Benveniste (2006) a língua é o espelho da sociedade e suas particularidades e variações são refletidas na estrutura social e a língua é uma identidade em meio às diversidades individuais. Então, o sujeito é marcado na linguagem através da língua e das expressões linguísticas que usa, como no caso destacado acima, quando o estudante encerra sua produção escrita com a frase de efeito: “**violênca contra as criança tem quer acaba**”.

Produção 02

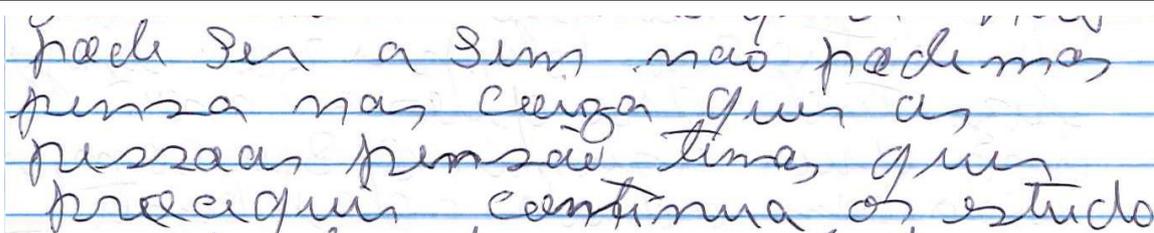
Esta produção teve como tema A gravidez na adolescência e nela localizamos as marcas do tempo e da subjetividade na linguagem, no emprego da concordância verbal, representadas pela dêixis pessoa (pronomes pessoais **eu**) e tempo (advérbio de tempo **hoje**), e pelo tempo verbal da enunciação (o presente – **penso**). Também destacamos, nos três últimos trechos, a troca do **am** pelo **ão** na conjugação dos verbos *pensar*, *ficar* e *esforçar*.



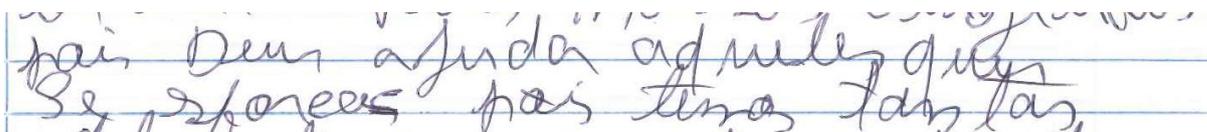
Hoje Eu penso como e muito (linha 01)

Nesta produção, o estudante define o tempo enunciativo com o advérbio de tempo **hoje**; se marca como o sujeito, da enunciação ao usar o pronome pessoal **eu**; e estabelece o tempo verbal da enunciação, conjugando o verbo pensar no presente do indicativo, registrando **penso**.

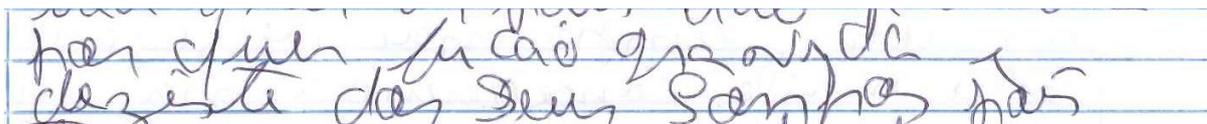
Ao se marcar como sujeito no seu enunciado, o estudante busca o seu lugar na enunciação e constitui a sua subjetividade. Considerando que como dito por Benveniste (2005), quando o sujeito se marca no texto com *eu* há em sua fala “algo de constitutivo do homem: a busca pelo seu lugar de enunciação e pela constituição de subjetividade, cujo fundamento é a intersubjetividade”. Como tal ela pressupõe duas figuras necessárias e mutuamente implicadas pelo ato de enunciação, o *eu* e o *tu*, já que é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito e essa condição está na dependência do outro. Isso significa dizer que a intersubjetividade é “noção primeira de subjetividade”.



(...) pode ser a sim não podemos pensa nas coiza que as pessoas **pensão** temos que proceguir continua os estudo (linha 14)



(...) pois Deus ajuda aqueles que se **esforçam** pois temos tantas (linhas 31)



(...) por que **ficam** grávida e desiste dos seus sonhos pois (linhas 35)

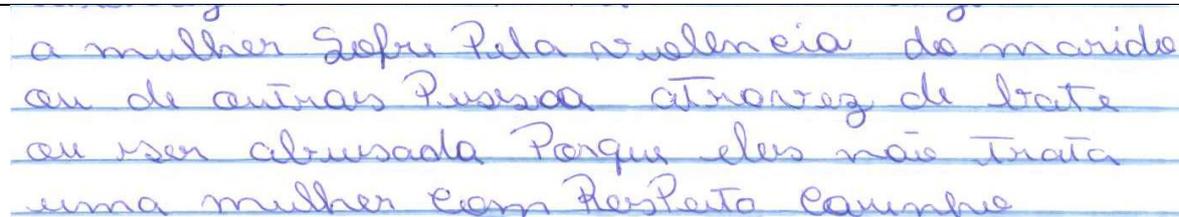
Nos trechos acima, quando o estudante escreve “(...) não podemos pensar nas coisas que as pessoas pensam temos que prosseguir continuar os estudos...” registrando “(...) não podemos pensa nas coiza que as pessoas **pensão** temos que proceguir continua os estudo...”; “(...) Deus ajuda aqueles que se **esforçam** pois temos tantas...” registrando “(...) Deus ajuda aqueles que se **esforçam** pois temos tantas...”; e “porque ficam grávidas desistem dos seus sonhos...” registrando “.. por que **ficam** grávida desiste dos seus sonhos”, percebemos desvios gramaticais na conjugação dos verbos **pensar**, **esforçar** e **ficar** no presente do indicativo, com a troca do **am** pelo **ão** ao escrever **pensão** (pensam), **esforçam** (esforçam) e **ficam** (ficam), representando confusão no uso das terminações **am** e **ão**. Esse fato é comum no período de aquisição da escrita infantil, porém ao se representar nestes equívocos o estudante demonstra sua subjetividade no emprego do tempo verbal, marcando-se com a terminação no futuro algo do presente da enunciação.

Benveniste afirma que o tempo da enunciação é o presente. Apesar do equívoco, talvez o estudante quisesse escrever a terminação “am”, marcando o presente verbal de acordo com a gramática normativa, porém a confusão estabelece um deslize do sujeito na linguagem.

Produção 03

Na análise desta produção encontramos marcas da enunciação com contexto e da subjetividade na linguagem quando o estudante marca o sujeito, em meio a não concordância verbal, no que se refere ao tempo verbal. Considerando que, como

visto em Lima e Barros (2017), o sentido de um enunciado está no contexto da ação comunicativa. Além do que, se configura entre os itens que definirão o sentido da escolha lexical do falante, a marca cultural do sujeito, o espaço, o tempo e a pessoa.



a mulher sofre pela violência do marido
ou de outras Pessoa através de bate
ou ser abusada Porque eles não trata
uma mulher com Respeito Carinho

(...) a mulher Sofre Pela violência do marido ou de outras Pessoa através de bate ou ser abusada Porque **eles não trata uma** mulher Com Respeito Carinho... (linhas 03 – 06)

Considerando que de acordo com o estudo das relações entre linguística e psicologia, linguística e psicanálise, a língua que se fala reflete ou esconde a “língua que não se fala”, isto é, as estruturas do nosso inconsciente (BAGNO, 2000), observamos o emprego do pronome pessoal “eles”, atentando para o emprego do plural, parecendo buscar-se destacar a generalização do fato apontado. Isso se confirma com o indefinido “uma” antes de “mulher” justamente para se referir a um fato aparentemente generalizado. E a utilização do verbo tratar no presente pode denotar fato decorrente.

Segundo as gramáticas normativas, os indefinidos são palavras, mas nos estudos de Flores (2013), pautados nos pressupostos formados por Benveniste, são considerados palavras pertencentes aos domínios semiótico e semânticos. São signos integrantes da frase no uso da língua e têm caráter de significação na língua, enquanto sistema coletivo, e em relação à língua em ação, referência que o sujeito lhe atribui ao expressar a situação enunciativa e sua atitude. Essa duplicidade faz com que os indefinidos sejam reconhecidos e compreendidos como língua. Reconhecimento “relativo à pertença à língua; compreensão relativa à situação de uso da língua”.

E, para Flores (2013:106): “Os indefinidos são palavras submetidas à enunciação, pois têm referência em eu – tu – aqui – agora, a presente instância de discurso da qual decorrem seus sentidos”. Em seus estudos sobre os indefinidos, o autor tem por objetivo apresentar os usos dos pronomes indefinidos,

compreendendo os sentidos “promovidos” pelos sujeitos, que podem ser observados no enunciado, ligados às relações sintático-semânticas nele estabelecidas.

Embora Flores tenha feito um estudo dos pronomes indefinidos, propomos um deslizamento para o caso dos artigos indefinidos, por pensarmos que esses, também, possam ser indicadores de sentidos atribuídos pelo sujeito ao se enunciar. O que pode ser observado na produção 04, quando o estudante, ao se enunciar, a respeito da violência contra as mulheres, utiliza o artigo indefinido apresentando sentido geral, o que pode indicar que a violência contra a mulher tem caráter cultural.

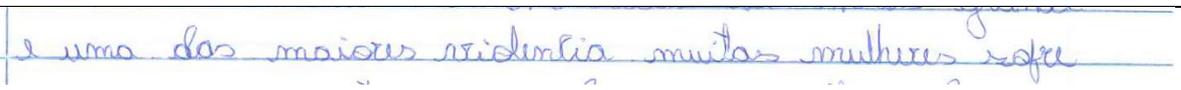
Produção 04

Nesta produção, sobre o tema Violência contra as mulheres, encontramos marcas da subjetividade na linguagem marcada pela passagem da fala para a escrita, na não concordância verbal e no emprego do tempo verbal.



(...) A violência contra as mulheres **ta** muito grande (linha 1)

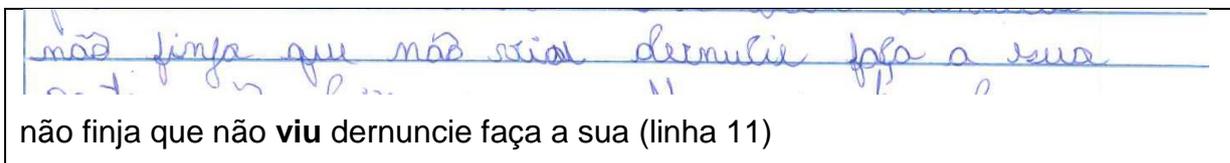
Assim como na produção de número 01, o estudante marcou a sua subjetividade, na passagem da fala para a escrita, no emprego do tempo na concordância verbal, ao dizer “A violência contra as mulheres **está muito grande**”, registrando “A violência contra as mulheres **ta** muito grande” demarcando a singularidade do sujeito.



(...) e uma das maiores violencia muitas mulheres **sofre** (linha 2)

Para explicar a não concordância verbal observada na conjugação do verbo sofrer, destacada neste trecho, podemos recorrer à teoria da “simplificação das conjugações verbais” de Bagno (2000:61) sobre a existência de uma tendência generalizada a reduzir as seis formas do verbo conjugado a apenas duas. Bagno utilizou o verbo amar, como exemplo para esta teoria, como pode ser observado no

quadro da página 40 desta pesquisa. E, seguindo este exemplo, o verbo sofrer, utilizado no trecho destacado acima, seria conjugado como **sofro** para *eu* e **sofre** para *tu/você/vocês, ele(s) / ela(as), nós e vós*.



não finja que não **viu** denuncie faça a sua (linha 11)

Os tempos verbais utilizados, nesta produção foram o presente, observado em quase toda produção e o passado observado na linha 11 no trecho “não finja que não **viu**...”. Considerando que mesmo que o estudante tenha conjugado o verbo no passado o tempo da enunciação é o presente. E que como visto em Lima e Barros (2017) através dos verbos, podemos examinar as marcas do sujeito na língua. O verbo e todas as suas categorias (aspecto, tempo, pessoa, gênero), quando parte integrante do discurso com *eu* ou *ele*, apresenta um modo significativo subjetivo ou objetivo. Significando que as categorias de tempo e espaço têm a mesma posição linguística e pertencem ao discurso.

Em relação às 04 produções que compuseram o corpus desta pesquisa, devemos considerar a subjetividade da linguagem, a intencionalidade do locutor (o estudante) e como ele se expressa oralmente. Lembrando que, o processo de construção do conhecimento da escrita, é influenciado pela oralidade, pelo que o aprendiz conhece sobre a língua falada. Porém, nem todo conhecimento da escrita é originário do conhecimento da língua falada, que se diferencia de grupo para grupo, distintos social, etário e geograficamente (SILVA, 2015).

Nas quatro produções, observamos as marcas da subjetividade na linguagem, na forma como os estudantes se expressaram, deixando suas marcas subjetivas no emprego da concordância verbal. O que nos remete à subjetividade na linguagem no emprego do tempo na concordância verbal, porque ao se enunciar, o estudante expressou a concordância verbal, de acordo com a sua interpretação e com o uso que faz dela, ao se colocar como sujeito na utilização da língua em seu cotidiano.

O que nos remete a Lukanki (1988), no terceiro capítulo desta pesquisa, que diz que ao estudarmos uma língua, observamos que essa língua tem normas a serem seguidas e regras gramaticais são utilizadas no dia a dia dos falantes de uma

língua, não se restringindo somente às aulas de Português. O indivíduo ao se enunciar recorre ao seu conhecimento linguístico internalizado, que foi construído nas suas relações sociais e utiliza o conhecimento gramatical adquirido, implicitamente, ao aprender a falar e ao longo do seu desenvolvimento linguístico, com os seus familiares e outros indivíduos, em suas relações sociais e, explicitamente, no contato com o meio acadêmico iniciado com o ensino fundamental.

Todos os discursos sejam eles predominantemente intelectuais, como no caso dos científicos ou predominantemente afetivos, geralmente são subjetivos, o que é demonstrado pela relação linguagem-pensamento. E, essa subjetividade encontrada no vocabulário se expressa também na sintaxe, inclusive na concordância verbal (BACCEGA, 1989).

As produções textuais, dos quatro estudantes que compuseram o grupo alvo desta pesquisa, foram analisadas na busca de um entendimento de como eles elaboram a concordância verbal e do quanto a subjetividade na linguagem está implicada neste processo, considerando que se alguém é falante de uma língua, tem domínio das regras gramaticais dessa língua e como dito por Antunes (2003:86): “não existe falante sem conhecimento de gramática”.

Outra possibilidade de entendimento da noção de subjetividade na teoria de Benveniste, ligada ao exercício da linguagem, é a perspectiva de que a subjetividade está fortemente relacionada à noção de enunciação e não mais às marcas linguísticas da passagem de locutor a sujeito. Assim, subjetividade pode ser entendida, como ligada ao ato de discurso que é constituído pela temporalidade da instância de discurso pela linguagem. (FLORES, 2009).

Silva (2015) defende que os chamados “erros” produzidos pelos aprendizes são operações linguísticas que “marcam a trajetória do aprendiz em sua inserção na escrita convencional.” Essas operações indicam um entrelaçamento entre a oralidade e a escrita e evidenciam um modo de enunciação escrita, ou seja, o trabalho do sujeito com a linguagem. Portanto, “as operações linguísticas realizadas pelo falante podem ser consideradas como indícios/marcas que revelam na (sua) escrita inicial um tipo particular de enunciação escrita” (SILVA, 2015:197). Em nossos estudos sobre a subjetividade na linguagem no emprego da concordância

verbal, investigamos o tempo e a subjetividade na ocorrência de não concordância, também, nesta perspectiva.

Em linhas gerais, destacando alguns pontos, podemos dizer que nos diversos casos mencionados trata-se, em última análise, da proposição de que o estudante, no processo da aquisição da linguagem escrita, é influenciado pela oralidade, como é postulado por Marcuschi e Dionísio (2007) que a relação entre os processos de textualização na fala e na escrita é uma relação de mão dupla, pois a escrita influencia a fala de pessoas mais escolarizadas, acontecendo o contrário com pessoas menos escolarizadas que podem apresentar influência da fala em sua escrita. A subjetividade na linguagem, marca a interpretação e o modo de se expressar dos estudantes. E o emprego equivocado do tempo na concordância verbal em textos escritos, pode refletir as marcas da comunidade linguística na qual o sujeito está inserido. Quando o sujeito escreve *eu* se inscreve em sua produção textual, afinal, de acordo com Benveniste, o homem está na língua, ao que acrescentamos, sua comunidade linguística também.

Os desvios no emprego do tempo verbal, encontrados nas produções dos estudantes, podem ser vistos como efeitos produzidos pela subjetividade do estudante, constituindo marcas de sua singularidade nos textos por eles produzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscamos identificar as marcas da subjetividade na linguagem no emprego da concordância verbal e com base na teoria enunciativa de Benveniste, investigar a relação existente entre o tempo e a subjetividade na concordância verbal a partir das marcas da subjetividade na linguagem, na relação com o outro e com a língua no discurso. E a partir da análise das produções escritas que compuseram o corpus da nossa pesquisa, foi possível observar e verificar as ocorrências que fazem parte do ensino da língua portuguesa, investigando o tempo e a subjetividade no emprego da concordância verbal escrita.

Chamamos a atenção, para o processo de produção do discurso, dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos e confirmamos que, apesar de sua vivência interlocutória, com outras pessoas e com o mundo em diferentes ambientes, não seguem as regras de concordância verbal, porque ainda não dominam totalmente a leitura e a escrita e apresentam dúvidas no uso da língua no emprego da concordância verbal, representando o movimento do sujeito na linguagem.

Confirmamos que a vivência interlocutória com outras pessoas e com o mundo em diferentes ambientes, marca-se nos textos escritos dos cinco estudantes que compuseram o grupo alvo deste estudo, no modo como o tempo se faz presente nos equívocos de concordância verbal. O que implica a observância de marcas subjetivas na linguagem no tempo verbal, ao utilizar a língua escrita de modo peculiar.

Como pode ser observado nas produções do grupo alvo que compuseram o corpus dessa pesquisa, muito há para ser observado e relacionado à enunciação e gramática e a teoria enunciativa de Émile Benveniste. E, por outro lado, entendemos que por nossa análise, assim como a enunciação, ser singular e não dar conta de todos os sentidos implícitos nas produções analisadas há outras possibilidades de análise há serem feitas. Contudo, esperamos que esta pesquisa possa contribuir, para o entendimento de como se dá a enunciação escrita por meio da relação tempo verbal e concordância e traga um novo olhar sobre os equívocos gramaticais encontrados nas produções textuais escritas, em sala de aula, de estudantes em

processo de aquisição da língua escrita, ressignificando o “erro”, em uma perspectiva linguística enunciativa.

Podemos concluir que o modo como o tempo é empregado na concordância verbal e os seus desvios são efeitos do funcionamento linguístico, ou seja, são marcas da subjetividade e da singularidade durante o percurso do estudante na aquisição da linguagem escrita, como pode ser observado na análise das produções que compuseram o corpus desta pesquisa.

Considerando a proposta de estudo desta pesquisa e os caminhos percorridos na discussão, enriquecida pela análise das produções escritas que nos serviram de exemplo, foi possível destacarmos algumas particularidades relativas às transgressões das regras gramaticais normativas, na concordância verbal, cometidas pelos alunos escreventes, na educação de jovens e adultos.

Contudo, identificamos várias transgressões aos padrões gramaticais e ortográficos da língua, cometidos pelos estudantes que compuseram o grupo alvo desta pesquisa, em suas produções escritas, que podem ser concebidas como resultado do movimento singular do sujeito, que se expressa de um modo peculiar.

Essas produções levaram a suposições e interrogações acerca da construção do conhecimento gramatical dos estudantes que as escreveram e do quanto a subjetividade na linguagem esteve implicada no emprego do tempo na concordância verbal.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Gramática contextualizada: limpando o “pó das ideias simples”**. 1. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- _____. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BACCEGA, M. A. **Concordância verbal**. São Paulo: Ática, 1989.
- BAGNO, M. **A língua de Eulália: Uma novela sociolinguística**. 5 ed. – São Paulo: Cotexto, 2000.
- BARROS, I. B. R.; FERREIRA JÚNIOR, J. T. **Inversão pronominal e autismo: considerações sob a perspectiva enunciativa de Émile Benveniste**. In BARROS, I. B. R. et al [org.]. *Aquisição, Desvios e Práticas da Linguagem*. Curitiba, PR: Ed. CRV, 2014.
- BECHARA, E. **Moderna gramática da língua portuguesa**. - 38 ed. Ver. Ampl. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2006.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. – 48 Ed. Ver. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- ENDRUWEIT, M. L. Análises da enunciação escrita. Porto Alegre – RS. **SITED**. p. 337 – 345, Set. 2010.
- ENDRUWEIT, M. L. A teoria da enunciação e a escrita. **LETRAS HOJE**. Porto Alegre – RS. V. 39. N. 4, p, 89 – 96. Dezembro/2004.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 3 ed. – São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- FLORES, V.N. (et al). **Aspectos constitutivos da tradição gramatical brasileira**. In GIERING, M. E.; TEIXEIRA, M. (org.). *Investigando a linguagem em uso: estudos em linguística aplicada*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- FLORES, V. N. **Introdução à linguísticas da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009, 288p.
- _____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

- _____. **Enunciação gramática**. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. A **enunciação escrita** em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. Porto Alegre - RS – Brasil. **DELTA**. 34.1, P. 395 – 417, 2018.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a distância).Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- HAUY, A. B. **Gramática da língua portuguesa padrão**: Com comentários e exemplários – Redigida conforme o novo acordo ortográfico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2014.
- KNACK, C. Enunciação e estudo do texto: um esboço de categorias de análise. Porto Alegre – RS. **SITED**. p. 94 – 101, Set. 2010.
- LIMA, D. S.; BARROS, I.B.R. O homem na língua: o dialeto como índice de subjetividade e identidade cultural. **Desenredo**. v. 13. n. 1 p. 19 – 37 – jan./abr. 2017.
- LUKIANCHUKI, C. **Concordância verbal e nominal**. São Paulo: Atual, 1988.
- MARCUSCHI, A. L. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.
- MARCUSCHI, A. L.; DIONÍSIO, A. P. **Fala e Escrita**. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MONTE, A. **Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolingüística da cidade de São Carlos**. http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/1130.pdf. Acessado em 12/05/2018.
- ROMERO, M. **Um possível diálogo entre a teoria das operações enunciativas e a aquisição: identidade semântica e produtividade discursiva**. São Paulo: Alfa, 2010.
- SILVA, S. É. C. da. Operações linguísticas o processo de aquisição da enunciação escrita. **Entretextos**. Londrina, v. 15, n. 2, p. 193 – 215, jul./dez. 2015.

ZASSO, S. M. B. Enunciação, escrita e alfabetização: sobre a alteridade na linguagem. Rio Grande do Sul. **CALINDOSCÓPIO**. Vol. 4, n. 2 , p. 121-129, mai/ago. Unisinos, 2006.

ANEXOS

Violência contra Criança Nº 01

A violência contra as crianças é uma coisa muito triste por que elas não pode se defender. Estão os homens aproveita da inocência dela. Muitas delas são estropada, mortas, violentada por que hoje em dia os pais deixa as criança muito orientada dão celular a elas na internet direto elas não liga mais. Ela nada não quer mais ir pra escola quando os pais pensa que elas estão na escola. Mas ela na tão não pra outros lugares sai com os amigos não avisa os pais e ai acontece as coisas estradas quando não sabe ja e tarde e elas sofre pela dor de perde as crianças. Violência contra as criança tem quer acabar

A gravidez na adolescência

Hoje eu penso como é muito difícil estar gravida na adolescência pois cada adolescente quer engravidar em um tempo não desejado sofre muitas consequências na vida primeira coisa que acontece é não quer mais estudar ~~na~~ para pensa nas amigas na sala de aula como vão a cita vão critica deixa que as coisas li apete fácil mais de tudo que não pode ser a sim não podemos pensa nas coisa que as pessoas pensa time que precisam continua o estudo para poder dar um futuro bom para os nossos filhos pais e cada um tem dado muita atenção para cada pessoa continua o estudo tem muitas facilidades para aprender ler escrever e ~~ter~~ ter uma base para pais que não tem um debate com cada adolescente que está caminhando neste caminho não é quebra

orientadas que chamamos
de lutas pela nossa subjetividade
pá. Deus ajuda aqueles que
se esforçam por isso, tantas
adversidades que estão jogando
bora tanta apertada e
boa que os pais da escola
por que não façam grande
desiste das suas sonhas pá
temo uma comunidade tão
carente de um professor das
uma palavra para estes
adversidade, continua estudando
mesmo salário que um ingratido
e o pai não quer nem saber
da situação de por isso ingratido
faz tudo que quer, mas
não quer assumir o seu compra
niso com aquela adversidade
que sem pensar fez este ato
que trouxe um sequela muito
grande na sua vida, mas se
travamos uma palavra na
nessa comunidade, é um que
muita delas vão fazer, analisam
muito as consequências da
situação, não parecem e
tempo e vão fazer duas coisas
antes de fazer isto, a primeira
pá é se quer tudo pode mudar
e vamos um adversidade muito espere
antes

O Respeito Sobre as mulheres Nº 03

nesse mundo tem muita desigualdade
atrasos de um Respeito muita vezes
a mulher sofre pela desigualdade do marido
ou de outras pessoas atrasos de leite
ou ser abusada Porque eles não trata
uma mulher com Respeito e com
amor e o que falta mais nesse mundo
dos amor Pior filhos Porque amaria
abandona seus filhos Por causa de homem
ou de mulher então deveria mais
melhora o Respeito dos outros e
não fica nesse mundo cruel.

Violência contra as mulheres

Nº 06

A violência contra as mulheres tá muito grande e uma das maiores violências muitas mulheres sofrem com isso e muitas não denunciam muitas deixam para lá por isso não acontecendo com frequência mais isso precisa mudar tem que se denunciar as mulheres tá sofrendo muito todo dia mais tá maior a violência todo dia e a quantidade de denúncias é maior.

O que eu sei é que tem que para nós precisarmos existir mais de uma denúncia não finja que não seja denunciada por a sua parte não deixe uma mulher sozinha de um homem realmente e de agressão mesmo.